UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED
LINHA 3: LINGUAGEM E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

ADRIANO SINTRA SANTOS PEREIRA

UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E CONFLITOLOGIA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS NO CAMPUS DA UESB EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.

VITÓRIA DA CONQUISTA
2021

ADRIANO SINTRA SANTOS PEREIRA

UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E CONFLITOLOGIA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS NO CAMPUS DA UESB EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Linguagem e Processos de Subjetivação
Orientador: Prof. Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari

VITÓRIA DA CONQUISTA
2021

P436u

Pereira, Adriano Sintra Santos.

Universidade, democracia e conflitologia como possibilidade pedagógica: um estudo sobre conflitos no campus da UESB EM Vitória da Conquista -Ba. / Adriano Sintra Santos Pereira, 2021.

95f.

Orientador (a): Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2021.

Inclui referência F. 85 – 86.

1. Conflitos – Universidade - UESB. 2. Ambiente acadêmico - Democracia. 3. Conflitologia. I. Cestari, Luiz Artur dos Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação. T. III.

CDD: 378

Catalogação na fonte: ***Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Pesquisa dedicada a todos que fizeram parte e contribuíram para minha formação educacional e a todos que compreendem a educação como elemento de transformação social e emancipação do indivíduo.

AGRADECIMENTOS

Impossível elencar em apenas uma lauda todos os familiares, amigos, colegas e professores que contribuíram para concretização deste sonho, mas algumas menções precisam ser feitas:

Inicialmente agradeço ao meu Deus pela saúde e pela força espiritual que me moveram rumo a este tão sonhado objetivo.

À minha mãe (Dilma) e ao meu pai (Verinho - *in memoriam),* entrego esta dissertação de Mestrado como um sinal de agradecimento por todo sacrifício e apoio que me fizeram chegar até este momento.

Ao meu filho, Inácio, sentido maior de minha vida e motivação diária para superar todos os desafios. À minha esposa, Gabriele, companheira de vida e de lutas, uma voz de incentivo sempre disposta a me fazer seguir. Amo vocês.

A todos os meus familiares (irmãos, cunhados, sobrinhos, sogros...) um agradecimento mais que especial por toda contribuição e apoio nesta caminhada.

Agradeço ainda a todos os meus amigos e colegas de Mestrado pelos momentos de apoio e leveza que me propiciaram a energia necessária para seguir em frente. Faço menção especial ao meu amigo e sócio Victor Dutra pela apresentação do livro que instigou o meu interesse na presente pesquisa. Da mesma forma agradeço aos meus queridos amigos Leonardo Viana, pelo auxílio em vários momentos desta caminhada e a Fábio Felix, um grande incentivador deste projeto.

Agradeço ainda a toda equipe do Barbosa Dutra Advocacia e Consultoria pelo apoio e incentivo, especialmente nos momentos em que precisei me ausentar para os compromissos do Mestrado, fazendo uma menção especial à minha amiga Uilma pelo cuidado e carinho de sempre.

A todos os Professores e Funcionários do PPGEd minha eterna gratidão por desenvolverem de forma tão brilhante suas atividades. Aos Professores (as) Denise Aparecida e Penildon Filho, membros da minha banca de qualificação, meu muito obrigado pelas correções e conselhos que fizeram uma imensa diferença na evolução desta pesquisa. Estendo minha gratidão também a todos os professores e estudantes que participaram das entrevistas e questionários fundamentais a este trabalho.

Por fim, ao meu orientador, Prof. Dr. Luis Cestari, minha imensa gratidão pelo seu apoio, ensinamentos, paciência e incentivo, sem a sua contribuição seria impossível chegar até aqui.

Muito obrigado a todos!!

RESUMO

A presente pesquisa propõe uma análise e discussão em face dos conflitos existentes nos ambientes acadêmicos brasileiros, tendo como objetivo entender a natureza destes embates, a sua relação com os preconceitos sociais e o seu impacto no nível da qualidade democrática existente nestes espaços. Além de retratar a realidade da violência incidente nas instituições de ensino superior brasileiras, a abordagem em tela permite - através de entrevistas e observações – a análise dos relatos e os posicionamentos dos diferentes sujeitos que se inter-relacionam no campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB de Vitória da Conquista - Bahia, bem como analisar o processo de coexistência acadêmica das mais diversas perspectivas sociais, ideológicas, raciais e de orientações sexuais, problematizando estas correlações e alcançando possibilidades de respostas para um questionamento central: qual o nível da qualidade democrática existente no campus da UESB de Vitória da Conquista? Este questionamento/reflexão é conduzido pelo prisma da valorização das relações democráticas, sendo ressaltada a relevância de um processo de aprendizagem e convivência acadêmica baseadas em princípios de pluralidade e respeito às diferenças. A materialização destas premissas é efetivada na pesquisa através do estudo da Conflitologia e de sua possível importância teórica e prática na obtenção de um espaço acadêmico que compreenda a importância das diferenças e o vasto campo de reflexão e aprendizado oportunizados pelo estudo da natureza dos conflitos, revelando que as divergências não são, por si só, os elementos causadores de um ambiente educacional violento e antidemocrático.

Palavras-Chave: Conflitos. Democracia - Ambiente acadêmico. Conflitologia

ABSTRACT

The present research proposes an analysis and discussion of the conflicts existing in Brazilian academic environments, aiming to understand the nature of these clashes, their relationship with social prejudice and their impact on the level of democratic quality existing in these spaces. Besides portraying the reality of violence in Brazilian higher education institutions, the approach allows - through interviews and observations - the analysis of the reports and positions of the different subjects that interrelate in the campus of the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB in Vitória da Conquista - Bahia, as well as analyzing the process of academic coexistence of the most diverse social, ideological, racial and sexual orientations perspectives, problematizing these correlations and reaching possibilities of answers to a central question what level of democratic quality exists on the UESB campus in Vitória da Conquista? This questioning/reflection is conducted through the prism of valuing democratic relations, emphasizing the relevance of a learning process and academic coexistence based on principles of plurality and respect for differences. The materialization of these premises is effected in the research through the study of Conflitologia and its possible theoretical and practical importance in achieving an academic space that understands the importance of differences and the vast field of reflection and learning enabled by the study of the nature of conflicts, revealing that differences are not, by themselves, the elements that cause a violent and anti-democratic educational environment.

Key-words: Conflicts. Democracy - Academic Environment. Conflitology

RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd)

Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)

Institutos Federais (IFs)

Procedimentos Disciplinares Administrativos (PADs)

Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI)

Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)

Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP)

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Organizações das Nações Unidas (ONU)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Universidade de Campinas (UNICAMP)

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... **10**

1. A DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA EM XEQUE: NÚMEROS E FATOS REVELAM UM AMBIENTE ACADÊMICO CONFLITUOSO. **13**

1.1 O sujeito identitário e as relações universitárias: a atualização dos conceitos de cidadania e identidade e os seus impactos nos conflitos acadêmicos contemporâneos..... **13**

1.2 A Pedagogia do Conflito..... **17**

1.3 O ensino superior brasileiro em números: um perfil em transição e o desafio das novas pautas e relações..... **19**

1.4 A universidade enquanto agente catalizador dos conflitos e preconceitos sociais: entre democracia e manchetes policiais..... **22**

a) Conflitos raciais no ambiente acadêmico: o abismo entre o acesso à universidade e a democracia racial..... **23**

b) A universidade e a opressão da voz feminina: a democracia de gênero enquanto uma realidade distante. **25**

c) Homofobia nas universidades: uma mancha cinza de preconceito entre as paredes coloridas da academia brasileira..... **28**

d) Conflitos políticos nas universidades: a linha tênue entre uma democracia pulsante e uma arena de intolerância. **29**

1.5. As redes sociais enquanto órgãos julgadores dos conflitos universitários: o perigo dos prejulgamentos e a omissão institucional **32**

2 DA ABORDAGEM METODOLÓGICA. **33**

2.1 Das classificações e modalidades de pesquisa..... **33**

2.2. Dos instrumentos de observação e coleta de dados..... **35**

2.3 Da análise e interpretação dos dados coletados. **37**

3. A UESB E SUAS TENSÕES: A NATUREZA DOS CONFLITOS E SEUS MÉTODOS RESOLUTIVOS. 38

3.1 A UESB enquanto síntese do cenário verificado em âmbito nacional. **.....38**

3.2 Entre liberdades e tensões: análise dos conflitos ocorridos na UESB sob a ótica dos atuais estudantes. **..... 40**

3.2.1 O critério de utilização dos questionários e o perfil dos participantes**..... 40**

3.2.2 Estudantes da UESB relatam conflitos e manifestações preconceituosas no Campus de Vitória da Conquista. **..... 41**

3.2.3. Um breve chamamento à reflexão sobre os mecanismos de prevenção e tratamento de conflitos**..... 49**

3.3. Os conflitos universitários e a capacidade resolutiva da UESB sob a ótica dos docentes**..... 50**

3.3.1. Questionários**..... 50**

3.3.2. Entrevistas **..... 53**

3.3.3. Hostilidades, violências e insuficiência de métodos resolutivos/disciplinares na UESB. **..... 73**

4. DAS ABORDAGENS PROPOSITIVAS.....75

4.1 A Conflitologia enquanto ferramenta pedagógica: uma alternativa para aprender através dos conflitos**..... 75**

4.2 Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI): uma alternativa mais técnica, célere e efetiva no tratamento dos conflitos ocorridos na UESB. **..... 78**

CONSIDERAÇÕES FINAIS. 82

REFERÊNCIAS **..... 85**

APÊNDICES **..... 87**

INTRODUÇÃO

A universidade brasileira é um espaço social identificado por valores históricos e que desempenhou importantes papéis na construção da atual realidade política e social brasileira, pois foi protagonista nos momentos em que o país sofreu rupturas democráticas, oportunidades em que foi berço de movimentos fundamentais para a retomada da normalidade institucional, tendo como exemplos icônicos a luta contra a ditadura militar instaurada no país em 1964 e as grandiosas manifestações pelas "diretas já" no contexto da redemocratização.

Tal protagonismo fez (e faz) com que os ambientes acadêmicos fossem (sejam) compreendidos como referenciais de espaços democráticos, locais de livre pensamento e agente fundamental na consolidação de nossa jovem democracia. Fato é que as universidades continuam sendo um lugar de pluralidade tendo em vista a ampliação das medidas de inclusão educacional ocorridas nas últimas décadas (Cotas, Prouni, Fies), que abarcam em seus quadros jovens e adultos das mais variadas camadas sociais, cor, gênero, orientação sexual e visão política".

Tratando-se especificamente do processo de ensino/aprendizagem desenvolvido nas universidades brasileiras, é bastante comum nos pensamentos pedagógicos contemporâneos, especialmente nos de tendências progressistas, a ideia de que o processo de aprendizagem do sujeito deve ser sustentado por pilares democráticos e com valorização das diferenças (CESTARI E DUARTE, 2014), sendo dever dos responsáveis pela condução deste processo (docentes e gestores da educação) a missão de desenvolver mecanismos pedagógicos plurais que consigam dialogar com a vasta quantidade de opiniões e ideologias que permeiam os ambientes acadêmicos brasileiros.

Diante disso, este trabalho também assume a perspectiva introduzida por Santos (reinventar a democracia) no sentido de que as sociedades contemporâneas são a expressão do esgotamento ou crise do contrato social moderno (que propugnava um equilíbrio entre regulação e emancipação) possibilitado pela emergência de novos atores sociais, não mais assentados numa racionalidade global, mas que intermedeiam suas ações tomando como referência o que o autor denomina de *minirracionalidades*, seguindo a lógica da reivindicação de novas pautas nos espaços sociais. Santos argumenta em favor da exigência cosmopolita de reinvenção de espaços-tempo que promovam e permitam a deliberação democrática e é neste processo que compreendemos que as localidades e seus espaços socais públicos, tais como os das universidades públicas, podem rever e

reinventar um modo construtivo e afirmativo de lidar com os conflitos gerados em decorrência da convivência no mundo acadêmico.

Em nosso entendimento, pressupomos que a inclusão e a convivência da pluralidade de setores sociais em um mesmo espaço não significa, por si só, que estes ambientes possuem relações interpessoais pautadas em princípios democráticos, haja vista que é necessário analisar o fluxo de interações e conflitos gerados nestas instituições, a natureza destes embates, bem como a forma como são analisados estes conflitos e a eficiência dos instrumentos de tratamento institucional destes conflitos.

A necessidade de compreender este cenário fomentou a de investigar os conflitos existentes no ambiente acadêmico brasileiro e as suas naturezas, pois transitar entre perspectivas tão distintas propiciou a este pesquisador um vasto campo de análise, podendo estudar, problematizar e questionar a pertinência dessa "verdade absoluta" enraizada no imaginário coletivo, ofertando ao debate elementos, números e informações que permitirão uma maior criticidade na compreensão do tema.

Os capítulos desenvolvidos nesta pesquisa trazem uma investigação sobre a natureza dos conflitos e a sua incidência nas relações interpessoais e na convivência democrática nas academias brasileiras, destacando as tensões sociais e sua reprodução no ambiente acadêmico.

Por isso, o presente trabalho também se justifica por uma perspectiva propositiva, pois escolhemos abordar a convivência acadêmica tomando como referência o instituto da Conflitologia e o seu potencial de colaboração para uma mudança institucional do tratamento dos conflitos embasados no trabalho desenvolvido por Eduard Vinyamata et al (2005) que empreendem a tarefa de lidar com os conflitos nos espaços públicos propondo caminhos de resolução não violenta de conflitos reais, entendo que destas situações podem resultar um modo de apreender com os conflitos. De modo mais particular, intenciona-se compreender os embates acadêmicos como importantes instrumentos de formação científica e cidadã dos sujeitos que se relacionam nestes ambientes, bem como fomentar a criação de câmaras de mediação que possam auxiliar a instituição no tratamento destes embates.

Por isso, para a realização da pesquisa, analisaremos situações conflituosas inscritas em processos formalizados (sindicâncias e ou processos administrativos) ou não-formalizados que resultaram em ações por parte da universidade e seus atores

envolvidos compreendendo as dificuldades enfrentadas por esta instituição para a implantação de ações construtivas e afirmativas frente ao conflito. De modo específico, pretendemos: a) identificar processos formalizados e ou não- formalizados nos quais estejam expressos conflitos entre atores institucionais. b) analisar as ações implementadas pela instituição e suas implicações para a resolução ou não do conflito; c) apontar a posição e controvérsias indicadas pelos sujeitos envolvidos.

Tomaremos como *locus* deste estudo o Campus Universitário de Vitória da Conquista da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Por uma perspectiva subjetiva, a presente investigação também se justifica em razão dos debates institucionais e pedagógicos que este pesquisador participou durante sua graduação em Direito no campus da UESB de Vitória da Conquista, oportunidade na qual pude presenciar inúmeros debates de ideias se tornarem calorosas discussões, momentos em que o embate pairava sobre a lógica da desconstrução do outro enquanto debatedor, dirimindo a racionalidade da pauta e colocando em zona de conflito interpessoal os sujeitos envolvidos no debate.

Diante desta quantidade de acontecimentos e da necessidade de investigar se estas observações representam uma realidade vivenciada por mais sujeitos inseridos no contexto acadêmico da instituição, esta pesquisa abordará os sujeitos envolvidos em casos de conflitos, investigando a influência e a participação dos departamentos institucionais e coletivos estudantis nos casos, bem como identificando o grau de satisfação dos sujeitos com as medidas de resolução aplicadas pela universidade.

Conforme constatado pela pluralidade de temas e abordagens elencadas neste tópico introdutório, a presente pesquisa representa um convite a toda comunidade acadêmica para que possa refletir importantes questões relacionadas ao convívio social atualmente desenvolvido nas universidades brasileiras, permitindo o fundamental exercício do questionamento das máximas que cercam este tema e a análise das proposições que podem interferir na obtenção de um ambiente acadêmico que caminhe para uma perspectiva construtiva e afirmativa dos conflitos baseadas na expressão plural de seus atores e que tome como referência a construção da democracia.

1. A DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA EM XEQUE: NÚMEROS E FATOS REVELAM UM AMBIENTE ACADÊMICO CONFLITUOSO.

1.1 O sujeito identitário e as relações universitárias: cidadania, identidade nos conflitos acadêmicos contemporâneos.

A compreensão do sujeito contemporâneo é elemento fundamental para o entendimento de suas relações sociais e, consequentemente, dos agentes geradores de tensões e conflitos entre ele e seus pares. Esta investigação se torna ainda mais relevante quando o objeto de estudo são os sujeitos envolvidos nas relações universitárias, pois, em regra, estes sujeitos carregam consigo o anseio pela defesa de pautas sociais, compreensões ideológicas e preferências políticas que se antagonizam em um constante movimento de choque, imposição e conflito.

Importante ressaltar que a criticidade deste sujeito está atrelada a um processo de questionamentos de princípios tradicionais, pertencimento identitário e emancipação, elementos constituídos em um processo histórico-social. Nesse espaço de discussão, é importante revisitar os trabalhos do jurista e professor português Boaventura de Sousa Santos que, especialmente nas obras " Pelas mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade", "Reinventar a democracia", "A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade" e "Para uma Pedagogia do Conflito", apresenta um conjunto de reflexões e análises que nos ajudam a compreender as características que tornam os sujeitos universitários tão propícios ao conflito.

As mencionadas obras são importantes fontes de entendimento sobre a construção histórica de conceitos como cidadania, identidade e emancipação, elementos teóricos que são verdadeiros mantras no vocábulo do sujeito universitário contemporâneo. Inicialmente é fundamental esclarecer que estes conceitos foram frutos de movimentos contraditórios e não- lineares, ou seja, a sua análise não possibilita uma concepção estanque, variando em forma e intensidade conforme o modelo de sociedade investigado.

Na idade média, por exemplo, a ideia de uma cosmovisão teocrática suprimiu a possibilidade de uma compreensão subjetiva dos sujeitos de modo que a representação identitária e a busca da emancipação do indivíduo ficaram à margem do espírito da época.

Contudo, com o advento da modernidade e a retomada do indivíduo enquanto eixo da vida em sociedade, bem como pela consolidação da tríade Estado, Mercado e Comunidade, a subjetividade em suas esferas coletivas e individuais passaram a ser o paradigma da nova era (SANTOS, 1994).

Neste espaço histórico (modernidade), o conflito hermenêutico deixou de ser indivíduo x religião e passou a representar um embate entre as subjetividades e os elementos de regulação (Estado e Mercado). Como resultado deste movimento conflituoso, surgiram conceitos universais de subjetividade, padrões gerais de auto compreensão, atrelados a um modelo eurocêntrico de sociedade e servindo basicamente à consolidação dos princípios do capitalismo em plena ascensão (SANTOS, 1994).

Como corolário deste novo binômio de compreensão social (Estado x indivíduo), várias outras tensões se ramificaram, tais como liberdade x igualdade, lutas por direitos sociais (trabalho, educação, segurança, habitação...) e a consolidação do conceito de cidadania cívica e política enquanto consolidação do protagonismo individual dos sujeitos dentro de um sistema econômico e social em transição. É neste contexto que se consolida um ideal global de coletividade, uma ideia de subjetividade coletiva que insere os indivíduos em lutas comuns e permite o surgimento de pautas universais que organizam os indivíduos conforme os interesses da sociedade capitalista de produção (SANTOS, 1998).

Nas quatro primeiras décadas do século XX imperou este conceito de cidadania cívica e política que, após o advento da segunda guerra mundial, transcendeu para um conceito de cidadania social e para o fortalecimento de um Estado-Providência. Este conceito de cidadania ficou compreendido como instrumento de busca por maior equilíbrio entre os princípios de Estado/mercado e os princípios da comunidade (capitalismo organizado), desenvolvendo-se uma ideia de obrigação política horizontal e de solidariedade coletiva, tudo isso dentro de uma estrutura de compromissos sociais democráticos (SANTOS, 1994).

Entretanto, a partir da década de 60 do século XX, especialmente em razão da crise do modelo capitalista pautado unicamente no regime de acumulação de riquezas em esfera nacional, já bastante afetado pela ascensão do processo de globalização econômica, assim como pelo questionamento em esfera política do monopólio do protagonismo social e político realizado pela sindicalizada classe operária (estruturas do Estado Nacional e de Providência), bem como em razão do surgimento dos movimentos estudantis na Europa

e na América Latina, o conceito de cidadania social passa por um profundo processo de questionamentos e reconfigurações.

É neste cenário que se desenvolve uma das transições de concepção do sujeito que impactou de maneira absoluta a forma de manifestação política e cidadã: a cidadania social até então vinculada à estrutura da sociedade capitalista e de produção, que tinha uma pauta materialista (busca de benefícios triviais junto ao Estado), passa a ser questionada por uma pauta de subjetividade que almeja não somente a busca de melhorias tangíveis, mas também a compreensão do indivíduo em suas esferas mais íntimas e pessoais e a busca de reconhecimento destas pautas junto ao Estado (SANTOS, 1994).

O advento desta compreensão de subjetividade questionou fortemente a vinculação dos entes de representações sociais, especialmente a sua desconexão com os anseios da população representada, pois foi agente de redução do campo político, reduzindo as pautas sociais aos sistemas de produção e consumo, tornando-se entidades que pautavam somente os interesses corporativos das classes operárias, relegando a um segundo plano os anseios das demais camadas sociais.

Nesse sentido, os movimentos estudantis desempenham um importante papel de ecoar anseios sociais que transcendem a relação de produção e consumo, demonstrando que as opressões sociais estão em múltiplos campos não abarcados pelas representações sindicais, isto é, revelam a existência de múltiplas opressões no cotidiano dos indivíduos que não encontravam espaço no debate político realizado à época, pleiteando a necessidade do surgimento de movimentos “transclassistas” (SANTOS, 1994).

Como materialização da vitória da ideologia da subjetividade em relação ao conceito de cidadania civil, as décadas de 70 e 80 do século XX foram palcos do surgimento de vários movimentos que inseriam no debate público pautas identitárias ainda não debatidas em escala social, tais como movimentos ecológicos, feministas, pacifistas, antirracistas, dentre outros. Estes movimentos pregavam um debate público não somente atrelado ao cenário político, mas que também se atentasse às perspectivas pessoal, social e cultural dos sujeitos (SANTOS, 1994).

Dessa forma, iniciou-se o aprofundamento dos debates de natureza identitárias, onde grupos organizados em pautas específicas transcenderam a universalidade das pautas defendidas pela concepção de cidadania civil (direitos trabalhistas, aumento salarial, habitação e etc.), tendo como objetivo final o alcance de uma emancipação social

onde os sujeitos sejam protagonistas da construção sociopolítica da sociedade em todas as suas nuances e combatendo todas as formas de opressões (SANTOS, 1994).

Concomitante a este movimento, como descreve o sociólogo britânico Stuart Hall em sua obra ‘ a identidade cultural na pós-modernidade”, a globalização e o seu intenso fluxo de reconfiguração e mistura de hábitos proporcionaram uma verdadeira desconstrução da ideia de cultura nacional, fazendo surgir e fortalecer laços culturais “híbridos”, unindo os sujeitos em torno de pautas cada vez mais identitárias em detrimento das pautas universalizadas de outrora (HALL, 1992).

Ainda segundo Hall, o movimento de desintegração de uma concepção nacional de cultura fortaleceu o ressurgimento da noção de “lealdade étnica no interior das minorias nacionais”, consolidando uma ideia de reorganização identitária e segmentando as pautas sociais em nichos cada vez mais específicos, com pautas cada vez mais específicas e, por consequência, ofertando ao debate público temas com maior potencial de divergências posicionais e conflitos (HALL, 1992).

No Brasil, o protagonismo na inserção destas pautas identitárias ocorreu em um primeiro momento em grupos voltados a defesa de movimentos pacifistas e ecológicos, bem como pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (SANTOS, 1994). Contudo, o espaço acadêmico é desde a década de 80 do século XX o maior responsável pelo surgimento de movimentos, associações e espaços de debates em face das temáticas identitárias contemporâneas, realizando o importante papel de produzir, problematizar e inserir no debate público as pautas necessárias ao desenvolvimento de uma sociedade mais plural e democrática (SANTOS, 1996).

Portanto, como resultado desta incursão teórica sobre a constituição do sujeito contemporâneo e a sua relação com as pautas sociais, compreende-se importantes fatores que interferem significativamente no entendimento dos conflitos ocorridos nos espaços universitários brasileiros: a universidade brasileira contemporânea é formada por sujeitos constituídos socialmente na pós-modernidade e, consequentemente, orientados pela defesa de pautas identitárias cada vez mais específicas que, quando contrapostas, tornam-se elementos de potenciais conflitos das mais distintas natureza (racial, social, gênero, ideologia e etc.).

Importante ressaltar que a tensão entre os sujeitos é um elemento fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento das próprias pautas identitárias, haja vista que

as “identidades são identificações em curso” (SANTOS, 1995), ou seja, as pautas são dinâmicas e mutáveis em sua própria essência. Frise-se ainda que as pautas identitárias são “guiadas pela obsessão da diferença e pela hierarquia das distinções” (SANTOS, 1995), isto é, a contraposição de ideias e a busca pela monopolização da verdade são características naturais da própria pauta identitária, razão pela qual os conflitos (em seu sentido discursivo) verificados nos espaços acadêmicos são correlacionados à natureza do sujeito universitário contemporâneo.

Esta reorganização histórico-social dos indivíduos e a perspectiva identitária do sujeito pós-moderno são protagonistas na análise dos conflitos universitários brasileiros, representando uma espécie de elemento subjetivo da pesquisa ora realizada. Contudo, a tensão que permeia os espaços acadêmicos brasileiros também possui raízes objetivas que encontram razão de ser nas mudanças das políticas públicas implantadas no país, assim como a radical mudança do perfil majoritário do sujeito acadêmico brasileiro, conforme será detalhadamente demonstrado no tópico a seguir.

1.2 A pedagogia do Conflito.

Assim como os conceitos de cidadania e identidade, a compreensão do sentido e função dos conflitos também passaram por profundas revisões e mudanças, destacando-se cada vez mais as possibilidades pedagógicas originadas pelas tensões e embates existentes entre indivíduos de uma mesma célula social ou até mesmo pelos conflitos de caráter global. Também neste campo podemos desfrutar dos ensinamentos de Boaventura de Sousa Santos que, ao refletir as tensões sociais, apresentou um profundo estudo sobre os aspectos pedagógicos dos conflitos.

Em sua obra “Para uma Pedagogia do Conflito”, Santos desenvolve a ideia inicial de que os conflitos sociais representam – em síntese – um conflito de conhecimentos antagônicos que são protagonizados por indivíduos ou grupos em determinado espaço/tempo. Para Santos, um projeto educativo emancipatório passaria necessariamente pelo exercício de se extrair dos conflitos (passados e presentes) elementos que pudessem formar a convicção dos sujeitos e fundamentar o seu posicionamento diante das questões sociais (SANTOS, 1996).

Pela perspectiva emancipatória, tendo o conflito como alternativa pedagógica, o processo de educação não precisa ser um lugar onde as ideias dos atores envolvidos sejam

tratadas em busca de um consenso, mas, sim, um espaço onde o antagonismo de pensamentos e manifestações façam surgir novas possibilidades de conhecimento, novos saberes práticos e teóricos, em última instância, sendo agente de transformação do próprio sentido de educação (SANTOS, 1996).

Segundo Santos, este potencial transformador da pedagogia do conflito não se restringe a redefinir o conceito de conhecimento/aprendizado/conflito, mas também busca ressignificar o paradigma da aplicação de conhecimentos atualmente imperante na sociedade, haja vista que a utilização exclusiva do binômio conhecimento científico/aplicação técnica já não atende às demandas do sujeito pós-moderno, pois a este sujeito não é mais concebível se posicionar no lugar de neutralidade social e política. (SANTOS, 1996).

Ainda no campo das reflexões críticas, Santos finaliza sua abordagem apresentando a ideia do imperialismo cultural, o qual define como sendo a imposição da cultura eurocêntrica como norte global de produção e aplicação de conhecimento. Também neste lugar de reflexão o conflito surge como agente pedagógico, posto que os movimentos de questionamentos deste imperialismo cultural são as gêneses do multiculturalismo atualmente vigente e que coloca no radar de críticas os modelos culturais hegemônicos (SANTOS, 1996).

Em síntese, estas reflexões sinalizam para um processo de educação/produção de conhecimento pautado na valorização das diferenças, no aprendizado através do conflito e no protagonismo do indivíduo em relação ao próprio processo, tendo em vista que a sua emancipação é o resultado pretendido com esta mudança de paradigmas, o qual Santos define enquanto modelo edificante de aplicação da ciência (SANTOS, 1996).

Por esta perspectiva, a proposição de um conflito entre as possibilidades práticas e teóricas do conhecimento é, em si, um campo fértil para debates e produção de novos conhecimentos, servindo como exemplo do quão prejudicial pode ser a aplicação (manutenção) do conceito restrito e negativo que atualmente é utilizado para definir os embates existente nos espaços de educação.

Na pesquisa ora apresentada, o estudo da pedagogia do conflito de Boaventura Sousa Santos serviu como elemento introdutório ao estudo da “Conflitologia” de Eduard Vinyamanta, referencial teórico deste estudo e que será minuciosamente analisado em capítulo próprio, ressaltando de imediato o mais relevante ponto de convergência entre

os estudos destes autores: o conflito não é um mal em si e sua incidência pode ser tratada enquanto uma valiosa ferramenta pedagógica.

Estabelecida esta breve e importante premissa, passa-se a analisar o perfil dos sujeitos que atualmente ocupam as universidades brasileiras e o cenário destes espaços de conhecimento em face das novas pautas, identidades e conflitos que permeiam a sociedade contemporânea.

1.3 **O ensino superior brasileiro em números: o perfil do novo sujeito universitário brasileiro e o desafio das novas pautas.**

Segundo o último Censo da Educação Superior do Brasil realizado pelo INEP (Censup 2018), o país possuía em 2018 um número de 2.537 Instituições de Ensino Superior (IES), divididas em Universidades públicas (107) e privadas (92), Centros Universitários públicos (13) e privados (217), faculdades públicas (139) e privadas (1.929), além de 40 Institutos Federais (IFs) e Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFETs) de natureza pública, ofertando 37.962 cursos de graduação e 45 cursos sequenciais oferecidos.

O censo apurou que foram ofertadas em 2018 o total de 13.529.101 vagas nos cursos de graduação nas IES brasileiras, sendo que a rede privada foi responsável pela substancial quantia de 93,8% do total destas vagas, enquanto a rede pública de ensino disponibilizou 6,2% do total de vagas no ano de 2018, números que revelam a inquestionável ineficiência do Poder Público brasileiro de universalizar o ensino superior e efetivar as políticas públicas de garantia dos preceitos constitucionais.

Ainda segundo o Censup, o perfil do docente do ensino superior no Brasil é representado por um homem de 38 anos que possui doutorado, quando professor de instituição pública, e mestrado, quando se observam as instituições privadas. Por sua vez, o perfil do discente de graduação brasileiro é retratado por uma mulher entre 19 e 23 anos, variando a idade conforme a modalidade do ensino (presencial ou à distância) e o turno observado.

No tocante às questões raciais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) responsável pelo estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” publicado oficialmente em 2019, pessoas negras ou pardas representam 50,3% dos estudantes da rede pública de ensino superior e 46,6% da rede privada de ensino,

sendo esta pesquisa um marco na discussão sobre o tema, haja vista que pela primeira vez na história os negros e pardos são a maioria dos estudantes do sistema público de ensino superior.

Já no que diz respeito ao gênero, segundo dados publicados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ao analisar o perfil dos estudantes de ensino superior brasileiro, ficou constatado que as mulheres representaram 60,6% das estudantes que prestaram a prova em 2018, enquanto os homens representaram 39,4% dos avaliados, uma consolidação de uma tendência verificada em várias pesquisas anteriores.

Quando o assunto é renda/condição social, os números trazidos pelo Enade revelam que as instituições de ensino superior brasileiras ainda são majoritariamente frequentadas pelas classes sociais mais elevadas, tendo em vista que 31,4% dos avaliados possuem renda familiar per capita acima de 4,5 salários mínimos, enquanto 19,4% dos estudantes de ensino superior possuem renda familiar de até 1,5% salário mínimo.

Contudo, é importante ressaltar que as políticas de inclusão social e racial empregadas no âmbito da educação superior apresentaram resultados significativos na seara da inclusão das classes sociais mais baixas nas universidades. A título de exemplo, segundo pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), 70,2% dos estudantes das universidades federais brasileiras são de baixa renda, com renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo por mês.

Também no campo dos “novos universitários”, pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) constatou um aumento de 518% de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior no Brasil entre os anos de 2007 e 2017, número extremamente relevante que também possui ligação direta com ações afirmativas que buscaram horizontalizar o acesso ao ensino superior. Contudo, cabe a ressalva de que os deficientes físicos ainda ocupam um espaço pequeno nos ambientes acadêmicos (0,42% dos ingressos nas instituições) e convivem com dificuldades de acessibilidade das mais variadas naturezas.

Não obstante a falta de números concretos e estudos mais amplos sobre mais segmentos sociais que coabitam o ambiente de ensino superior brasileiro (religião, orientação sexual e posição política), as pesquisas acima apresentadas revelam um fluxo constante de mudança no perfil das instituições, bem como inserem no cotidiano dos

estudantes várias discussões sobre o próprio processo de mudança social, racial e de gênero do perfil do “universitário” brasileiro.

Como ocorre na quebra de paradigma de qualquer instituição humana, a transição ocasionada pela mudança de perfil do estudante de ensino superior brasileiro foi forjada através de tensões entre os sujeitos pertencentes a este universo educacional, vide as profundas discussões que permearam a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas), instrumento legal que gerou embates (técnicos ou não) no ambiente acadêmico.

O aumento na quantidade de negros, mulheres, pessoas de baixa renda e deficientes físicos no ensino superior trouxe a este ambiente discussões que outrora não faziam sentido, tais como acessibilidade, política de permanência estudantil, a expansão e aprofundamento em face dos estudos sobre machismo e racismo estruturais, ou seja, uma vasta quantidade de temas que oportunizaram uma maior aproximação dos espaços acadêmicos com a sociedade que o cerca.

Entretanto, também como consequência dessa horizontalização, não apenas as necessidades relacionadas aos novos perfis de estudantes foram inseridas no ambiente universitário, mas também expandiram na academia as tensões sociais e os preconceitos em face destes “novos estudantes”, tornando-se o ensino superior um verdadeiro espaço catalizador dos conflitos sectários que, lamentavelmente, ainda fazem parte do cotidiano do brasileiro.

Importante ressaltar que as mudanças advindas da política de acesso ao ensino superior não foram os únicos elementos condutores de novas pautas ao ambiente acadêmico, posto que a efervescência do ambiente político brasileiro na última década colocou a universidade como elemento de disputa dos espectros ideológicos, especialmente em razão do exponencial crescimento do pensamento conservador que, por vezes, chocou-se com a tradição progressista outrora identitária das universidades brasileiras, transformando os espaços acadêmicos em verdadeiros campos de batalha ideológicos.

Ainda no campo das “novas pautas” inseridas ao cenário do ensino superior, o processo de conscientização e combate à homofobia teve nas universidades um importante agente de propagação dos ideais de igualdade e respeito aos homossexuais. Contudo, como qualquer processo de ruptura do status quo, este movimento trouxe

consigo um grau elevado de tensão, pois não foram poucos os momentos em que esta pauta enfrentou vozes dissonantes e o diálogo foi suprimido por embates irracionais e – não raras vezes – violentos.

Os números ora apresentados, a constatação da mudança de perfil do universitário brasileiro, bem como a inserção de novas pautas e temas sociais no ensino superior desencadearam conflitos das mais variadas espécies, tornando esta instituição um espaço que simboliza o atual momento histórico da sociedade brasileira: um povo movido por embates, uma democracia imatura e uma absoluta falta de respeito ao pensamento e posicionamento do outro.

1.4 – A universidade como lugar dos conflitos sociais: entre democracia e manchetes policiais.

A compreensão do espaço acadêmico à luz do imaginário coletivo ainda remete a um lugar de convívio harmônico entre as mais diferentes convicções, credos e características dos sujeitos envolvidos no ensino superior brasileiro. Primordial esclarecer inicialmente que tal perspectiva não pode ser considerada um equívoco, posto que o ensino superior brasileiro foi e continua sendo um importante espaço de consolidação dos valores sociais e democráticos que estruturaram a nossa sociedade.

Entretanto, não se pode fechar os olhos e ignorar os fatos de ampla repercussão social referentes a conflitos e expressões de violências no ambiente universitário brasileiro. Do mesmo modo que tais acontecimentos não têm o condão de rotular a universidade brasileira como um ambiente "não democrático", ignorá-los não é o caminho adequado para busca do cenário acadêmico pautado por pilares democráticos o qual se ambiciona.

Assim, a presente pesquisa apresentará nos tópicos seguintes o resultado de um mapeamento de casos de conflitos raciais, de gênero, de orientação sexual e de cunho políticos propagados pelos mais diversos meios de comunicação pelo país. São dezenas de relatos de conflitos ocorridos nas universidades brasileiras que serão apresentados de modo que o leitor possa entender o atual cenário da violência estrutural, simbólica e material que permeiam nossos ambientes acadêmicos.

Vale ressaltar que esta pesquisa não realizará juízo de valor sobre os sujeitos envolvidos nos conflitos, assim como não tem como escopo realizar julgamento

antecipado sobre a materialidade das acusações feitas pelos sujeitos. Dessa forma, não serão apresentados os nomes dos acusados dos atos de racismo, machismo, homofobia ou agressões políticas, ressaltando que em muitos casos não se tem notícia se as denúncias resultaram na constatação ou não de crimes, motivo pelo qual seria desonesto e temerário expor o nome dos acusados[1].

Feitas as ressalvas conceituais necessárias, a pesquisa ora apresentada permite uma afirmação respaldada por fatos e números: o ensino superior brasileiro é um agente catalisador dos conflitos e tensões que permeiam a nossa sociedade. Esta sentença pode trazer consigo um certo grau de obviedade, posto que o conflito é inerente ao indivíduo e que sua repercussão no ambiente universitário seria algo lógico, contudo, a amplitude e intensidade dos conflitos nas universidades brasileiras revelam particularidades que transcendem essa lógica de causalidade.

a) Conflitos raciais no ambiente acadêmico: o abismo entre o acesso à universidade e a democracia racial.

Corroborando para compreensão dessa singularidade dos conflitos em ambientes acadêmicos, os conflitos raciais demonstram a complexidade dos fatores que envolvem a relação entre os sujeitos nas universidades: ainda que as políticas de afirmação social alcançaram êxito ao aumentar o ingresso de alunos negros e pardos no ensino superior, institucionalizando uma política igualitária, manifestações racistas e o próprio racismo estrutural continuam sendo elementos presentes em nossas instituições de ensino.

Tratando-se de conflitos raciais no mundo acadêmico, faz-se necessário a distinção das duas macromodalidades de violência comumente observadas: o racismo/injúria racial enquanto conflito na seara do preconceito individual (manifestações e conflitos entre indivíduos) e o racismo estrutural[2] ou nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, o "racismo epistêmico", conflito entro o negro brasileiro e o próprio sistema educacional e simbólico que traçam o DNA das nossas universidades.

---

[1] Serão apresentados somente os nomes das pessoas que deram declarações públicas sobre os casos relatados ou que constam em notas públicas e matérias jornalísticas.

[2] "O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural" ("O que é racismo estrutural? ALMEIDA, Silvio Luiz de. Belo Horizonte- MG: Letramento, 2018).

Embora a presente pesquisa objetive analisar os conflitos entre os "sujeitos acadêmicos", nenhum estudo sobre conflitos raciais pode ignorar o racismo estrutural e suas influências para o surgimento de agressões subjetivas, pois a identificação de uma estrutura racista é elemento fundamental para compreender as raízes dos casos individuais de racismos e injúrias raciais observados nas universidades brasileiras.

E a identificação do racismo estrutural nas universidades brasileiras não é uma tarefa difícil, pois seja pelo apego ao prisma eurocêntrico de compreensão científica em detrimento ao pensamento africano ou pelo baixo número de professores universitários negros no Brasil (16% do total, segundo o Censup 2018), a compreensão que se tem é que, embora os negros tenham potencializado seu ingresso no ensino superior, as estruturas acadêmicas ainda possuem fortes lastros de preconceito racial.

Nas palavras do Professor de Sociologia da Unicamp, Mario Augusto Medeiros, o racismo estrutural na universidade tem uma forte relação com a ausência de memória coletiva do negro acadêmico, pois a ausência de memória científica do povo negro na constituição da educação superior retira a representatividade do negro e atribui aos novos egressos uma falsa compreensão de que eles "não têm em quem se espelhar"[3].

Adentrando na perspectiva interpessoal dos conflitos raciais nas universidades brasileiras, constata-se uma quantidade de pesquisas e relatos que dão conta de reiterados casos de racismo e injúria racial, acontecimentos que beiram o inacreditável e revelam uma face ainda mais tenebrosa do preconceito racial e estrutural que impregna nossa sociedade e revelam a mais absoluta incapacidade de convivência em sociedade de indivíduos que, mesmo " supostamente ungidos" pela áurea de estudante universitário, revelam uma ignorância que deveria ser incompatível com a casa do conhecimento.

Dentre os absurdos atos de racismos ocorridos nas universidades brasileiras, alguns se destacam pelo nível da crueldade que os permeiam. Entre os anos de 2018 e 2019, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), uma das instituições mais respeitadas do país, foi protagonista de dois casos que reverberaram amplamente na opinião pública, sendo necessária a realização de investigações da Polícia Civil para identificar os possíveis autores dos fatos.

---

[3] MATEUS, Felipe. Racismo no mundo acadêmico: um tema para se discutir na universidade. Jornal da Unicamp. SãoPaulo. 9/092019. 13:45. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade

Em 2018, a estudante Thalita Suzan Souza que é do centro acadêmico de Engenharia Florestal da UFSCAR, diretora da atlética e vice-presidente do conselho de entidades da universidade, além de cotista e bolsista, foi vítima de pichações racistas como “preta imunda”. Em entrevista concedida ao portal *globo.com* na época dos fatos, Thalita afirmou que: "Quando recebi a informação fiquei em choque. Não esperava tanto ódio e não sei quem poderia fazer algo do tipo porque sou bem ativa politicamente e muita gente me conhece pelas ações”. No ano de 2019, a agressão racial verificada na UFSCAR teve um contexto ainda maior de intolerância, posto que as pichações e manifestações de ódio foram direcionadas a todos os estudantes negros da instituição, pichações com mensagens de ódio foram encontradas no banheiro feminino da instituição[4].

Essa constatação revela que a universidade brasileira ainda não possui uma democracia racial, pois embora tenha sido afetada positivamente pelas políticas de inclusão racial e tenha visto o crescimento considerável do número de negros e pardos na composição do seu quadro discente, os ambientes universitários ainda replicam a intolerância racial que contamina nossa sociedade e estabelece relações simbólicas e materiais pautadas no conflito e na falta de respeito ao outro, suas bandeiras e sua raça.

b) **A universidade e a opressão da voz feminina: a democracia de gênero enquanto uma realidade distante.**

A mulher brasileira continua enfrentando os obstáculos criados por uma sociedade sustentada em pilares machistas e que sempre remeteu à mulher para um lugar de submissão histórica, profissional e científica. Com muita luta e através de vozes e movimentos que buscam a igualdade de gêneros e o respeito à mulher, o Brasil experimentou nas últimas três décadas uma significativa ocupação dos espaços de mercado e da academia pelas mulheres, sendo que hoje as mulheres representam a maioria das estudantes de ensino superior no Brasil.

Contudo, as desigualdades em vários setores sociais representam um retrato da imposição do gênero masculino que ainda impera no Brasil. Mesmo desempenhando funções similares e com o mesmo grau de qualificação, o salário médio das mulheres

---

[4] Aluna negra alvo de ameaças em pichações racistas desabafa: 'Não esperava tanto ódio'. G1 Sorocaba e Jundiaí. 08/11/2018 06h13. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2018/11/08/fiquei-em-choque-diz-aluna-negra-ameacada-com-suasticas-e-frases-racistas-em-universidade-federal.ghtml

brasileiras representa um valor 79,5% inferior ao salário médio dos homens, segundo dados divulgados em 2018 pelo IBGE. Ainda segundo a pesquisa, as mulheres ocupam apenas 37,8% dos cargos de chefias e gerências nos setores públicos e privados[5].

A representação política brasileira é um outro elemento revelador deste cenário desigual que impõe à mulher um lugar de limitação no protagonismo social. O atual congresso nacional brasileiro, composto por 513 agentes políticos, possui apenas 77 mulheres, sendo que dos 11 cargos da Mesa Diretora, as deputadas ocupam apenas 2 e das 25 comissões permanentes de assuntos legislativos, somente 4 são presididas por mulheres. Segundo relatório de 2019 das Organizações das Nações Unidas (ONU), no ranking de representatividade política feminina o Brasil ocupa a vexatória 134º posição de 193 países pesquisados[6].

Tais dados revelam que o Brasil ainda está longe de possuir uma igualdade de reconhecimento e oportunidade entre homens e mulheres, sendo inverdade afirmar que vivemos em uma democracia de gênero. No ambiente científico o cenário é de evolução, pois embora ainda ocupem um lugar discreto entre os doutores em áreas como Engenharia e Exatas (26% e 31%, respectivamente), dos 77,8 mil doutores pesquisadores das cinco maiores áreas do conhecimento (Linguística, letras e artes; Engenharia; Ciências Exatas; Ciências Sociais Aplicadas e Ciências da Saúde) registrados na plataforma lattes, 31.394 são mulheres, representando 40,3% do total. Outro dado bastante positivo é que, segundo o IBGE, as mulheres já representam 49% das bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), compreendido pela comunidade científica como a principal agência de incentivo à pesquisa no país[7].

No entanto, quando passamos para a análise da representação das mulheres nos cargos diretivos das universidades brasileiras, retoma-se à visão crítica de que ainda estamos longe de um cenário condizente com o protagonismo que as mulheres já alcançaram sendo a maioria dos estudantes de ensino superior brasileiro. Conforme

---

[5] Mulher ganha em média 79,5% do salário do homem. Agência IBGE. Rio de Janeiro. 08/03/2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23923-em-2018-mulher-recebia-79-5-do-rendimento-do- homem.

[6] Mulheres ocupam apenas 38% dos cargos de chefia no Brasil. Valor Econômico. Rio de Janeiro. 07/03/2018. Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2018/03/07/mulheres-ocupam-apenas-38-dos-cargos-de-chefia-no-brasil-aponta-ibge.ghtml

[7] Mulheres são 40% dos pesquisadores do Brasil que declaram ter doutorado nas 5 maiores áreas de conhecimento. FapesqPB. Paraíba. 12/02/2020 14;03h. Disponível em: http://fapesq.rpp.br/noticias/mulheres-sao-40-dos-pesquisadores-do-brasil-que-declaram-ter-doutorado-nas-5-maiores-areas

pesquisa realizada em 2017 pela estudante Anelise Bueno da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apenas 19 dos 63 reitores de Universidades Federais brasileiras eram mulheres.

Estas informações que demonstram a permanência de uma estrutura social machista convergem para o cenário das relações interpessoais realizadas nos ambientes acadêmicos brasileiros, tendo em vista que é assustador o número de casos de supressão da voz feminina nas universidades, bem como os atos de desrespeito verificados em face da condição da mulher nestes espaços. De acordo com a pesquisa realizada pela Avon/Data Popular no ano de 2015, intitulada "Violência contra a mulher no ambiente universitário", 67% de 1.823 estudantes universitárias ouvidas em todas as 5 regiões do país afirmaram que haviam sofrido alguma espécie de agressão em suas universidades.

Além dos números alarmantes acima apresentados, uma breve pesquisa nas manchetes jornalísticas e artigos acadêmicos conduzem à percepção de que o ambiente universitário brasileiro pode propiciar situações de perigos à mulher, sendo verificados um vasto número de crimes cometidos pelos estudantes e professores, fazendo constatar que a democracia de gênero ainda é uma realidade distante do ensino superior brasileiro.

Em uma das manifestações que mais repercutiram em âmbito nacional, mulheres estudantes da Faculdade Mackenzie em São Paulo criaram a campanha "#esseémeuproferror", anexando cartazes e divulgações em redes sócias de frases machistas que haviam escutado dos seus docentes, o resultado foi o mural fixado abaixo[8]:

[8] Alunas de universidade em SP colam cartazes com frases machistas ditas por professores. Hypeness. São Paulo. 29/04/2016. 13;00h. Disponível em: https://www.hypeness.com.br/2016/04/alunas-de-universidade-em-sp-colam-cartazes-para-denunciar-machismo-de-professores/

Diante de tais informações, fato é que as universidades brasileiras não podem ser consideradas um ícone de respeito e igualdade de gênero, tendo em vista que ser mulher nos ambientes acadêmicos traz consigo desafios e opressões bastante similares ao que se observa na sociedade em geral. Portanto, em que pese representarem a maioria dos estudantes do ensino superior, as informações apresentadas acima indicam que a mulher ainda não encontra em nossas universidades igualdade de gênero tão almejada.

c) Homofobia nas universidades: uma mancha cinza de preconceito entre as paredes coloridas da academia brasileira.

As universidades brasileiras são protagonistas nas lutas de combate à homofobia, responsáveis por movimentos que questionam, problematizam e jogam luz sobre a situação dos homossexuais na sociedade brasileira. Estas instituições são ferramentas fundamentais na superação da homofobia que assola nossa sociedade e nos remete a um cenário de morte, violência e intolerância geradas por este estúpido preconceito.

Contudo, em que pese ser este lugar de propagação de vozes que lutam contra a homofobia, a universidade brasileira também é espaço de opressão, conflito e até violência originadas pela intolerância por orientação sexual, retratando que as relações entre os sujeitos inseridos no ensino superior não estão imunes às simbologias, expressões e representações do preconceito de cunho sexual.

A condição e o lugar de fala do homossexual no ensino superior nacional têm sido objetos de artigos acadêmicos, reportagens jornalísticas e, infelizmente, manchetes de páginas policiais. Estes materiais nos ajudam a – ao menos- compreender um pouco mais o "estado da arte" da democracia sexual universitária e refletir/questionar as máximas que envolvem a discussão teórica e as repercussões práticas do tema, possibilitando a ampliação do escopo analítico.

Dentre este vasto arsenal de depoimentos e informações, a reportagem da "Revista Quero" com o título "7 relatos que mostram como é ser LGBTQ+ na faculdade" é emblemática e fundamental para o processo de ruptura de perspectivas utópicas que possam pairar sobre o entendimento da condição do homossexual nas universidades nacionais. Através de pseudônimos, estudantes homossexuais relatam ofensas e frases de

opressão sexual que ouviram/vivenciaram nos corredores e salas de aula das instituições que estudam[9].

A estudante Laura revela que ao ingressar na universidade ouviu a seguinte frase de um colega: "quando entrei na faculdade estava no armário e um menino, sem saber, me falou que precisávamos descobrir quem eram os viados da turma pra já chegar intimidando e deixar a galera na 'miúda', para a 'turma não ficar com fama'". Já a aluna Mariana relata que “era bem perceptível o medo que minhas 'amigas' passaram a ter de ficar sozinhas comigo. Na mesma época, eu me assumi pra minha família. Somando os transtornos, eu abandonei o curso". Tais relatos demonstram que a comunidade LGBTQ+ ainda enfrenta entraves para aceitação da sua sexualidade nas universidades.

Os depoimentos transcritos nos fazem refletir o quanto ainda temos para evoluir em direção a um cenário de superação dos preconceitos por orientação sexual, local onde todos serão respeitados e a orientação sexual não será mais critério de avaliação e julgamento. Reitera-se que as universidades brasileiras são locais onde a manifestação das sexualidades encontram uma liberdade maior que nas demais instituições, contudo, é fundamental romper paradigmas, problematizar o tema e exigir medidas estratégicas dos gestores da educação para que os ambientes acadêmicos sejam libertados do atraso repugnante da homofobia e que sirva como verdadeiro elemento de combate ao preconceito sexual.

d) Conflitos políticos nas universidades: a linha tênue entre uma democracia pulsante e uma arena de intolerância.

O Brasil vive atualmente um dos momentos de maior efervescência política de sua história, a sociedade se encontra segmentada em variadas perspectivas ideológicas, sociais, culturais e econômicas. A sociedade brasileira vivenciou nos últimos tempos a ampliação do debate público sobre os mais variados temas, cenário que trouxe ao grande público oportunidade de debater sobre sexualidade, aborto, criminalização da homofobia, descriminalização das drogas, programas sociais, violência policial e várias outras pautas que colocam narrativas e sujeitos em rota de colisão.

---

[9] 7 relatos que mostram como é ser LGBTQ+ na faculdade. Revista Quero. São Paulo. 28/06/19. 17;45h. Disponível em: https://querobolsa.com.br/revista/7-relatos-que-mostram-como-e-ser-lgbtq-na-faculdade

Estes assuntos comumente possuem uma característica identitária, pois a depender do seu espectro político é fácil detectar qual será o seu posicionamento em relação a eles, o tão falado “posicionamento político”. Não há de ser desprezado o fato de que esse cenário efervescente representa um momento da politização social que pode ser criticamente compreendida como um “movimento de manipulação digital das consciências visando uma polarização despolitizada e irracional” (SILVA FILHO, P.).

A grande questão é quando o debate se torna briga e os argumentos se resumem a agressões, pois o avanço democrático requer debates em quantidade e qualidade, embates cognitivos onde os elementos técnicos e os argumentos racionais sejam utilizados em detrimento de rótulos e clichês. Diante desta análise qualitativa é imperioso afirmar que a democracia praticada na sociedade brasileira está longe de ser concebida em sua plenitude, pois os debates são contaminados por muita agressividade e desrespeito entre os sujeitos.

Este cenário foi e continua sendo uma ótima oportunidade para o surgimento de líderes políticos radicais e populistas, seja à esquerda ou à direita, sem a pretensão de realizar juízo de valor sobre qualquer político, especificamente, a verdade é que a radicalização dos discursos e das pautas sociais permitem a formação de grandes capitais políticos, pois se torna quase uma obrigação se posicionar em um dos polos em determinado debate e, consequentemente, formalizar aliança com seu “político de estimação”, aquele que simboliza as pautas defendidas pelo sujeito.

E como não poderia deixar de ser, o espaço universitário brasileiro, crítico e politizado em sua essência, é um agente protagonista neste cenário, seja por fomentar a problematização de pautas ou pelo fato de que a universidade é um campo fértil para o surgimento de movimentos políticos que levantam as mais diferentes bandeiras políticas e sociais. Também vale ressaltar que a universidade é uma verdadeira indústria de formação de políticos, pois a representação estudantil foi o primeiro passo de milhares de políticos de todas as esferas (municipal, estadual ou federal).

A política realizada no âmbito universitário possui como característica um maior grau de embasamento teórico em relação aos sujeitos envolvidos nos debates políticos realizados nos demais espaços sociais, fato natural já que normalmente os “debatedores universitários” possuem na própria grade curricular dos seus cursos as informações necessárias ao início de sua formação política. Diante disso, espera-se que as discussões

políticas nestes espaços sejam conduzidas por premissas de racionalidade, técnica e ampla qualidade democrática.

Em que pese seja exagerado afirmar que tais princípios não se fazem presentes nos debates ocorridos em nossa academia, fato é que a reincidência de conflitos e a violência existente nos debates políticos realizados nestes espaços são elementos suficientes para que se compreenda a dialética política universitária como algo bem próximo das discussões populares, seja pela irracionalidade que muitas vezes toma conta da linha argumentativa dos debatedores ou até mesmo pelos recorrentes casos de violência que repercutem na sociedade.

A repercussão destes casos, além de representar um desafio aos gestores das instituições, configura-se também como um péssimo exemplo para sociedade em geral que, tão calejada da falta de referenciais políticos positivos, passa a compreender que os sujeitos que ocuparão futuramente os espaços decisórios da sociedade brasileira também não possuem na democracia um princípio base das suas relações. Essa realidade é constatada facilmente por intermédio de uma breve pesquisa no noticiário político e policial brasileiro, pois os últimos anos foram marcados por intensos e violentos conflitos políticos nas universidades brasileiras.

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi palco de uma verdadeira batalha de intolerância e irracionalidade. Durante uma exibição do filme " O jardim das aflições" do autodenominado filósofo Olavo de Carvalho, estudantes do curso de Filosofia iniciaram uma raivosa discussão sobre a pertinência da obra no ambiente acadêmico, tendo em vista que o autor é declaradamente difamador das instituições universitárias brasileiras, assim como um crítico, em regra desrespeitoso, dos sujeitos pertencentes destes espaços. Não demorou muito e a discussão se tornou briga e depois agressões físicas com direito a chutes, pontapés e alunos sangrando[10].

O caso apresentado revela que, embora seja um espaço naturalmente dialético e politizado, a universidade brasileira ainda possui uma democracia em transição. Verifica-se na academia o predomínio de uma perspectiva progressista de mundo que possui dificuldade em dialogar com os valores – em alguns casos bastante questionáveis – do

[10] Intolerância chega a universidades com bomba, ameaça e briga judicial. Folha de São Paulo. São Paulo. 01/01/2018 às 2h00. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1947233-intolerancia-chega-a-universidades-com-bomba-ameaca-e-briga-judicial.

movimento conservador que vem crescendo exponencialmente na sociedade e também nas universidades. Este cenário possui uma dupla perspectiva, pois ao passo que pluraliza as vozes representativas das universidades, impõe aos sujeitos a necessidade de lapidação de valores políticos como tolerância, racionalidade e sensatez, características que conflitam com a impulsividade e vigor típicos dos jovens estudantes.

1.5 As redes sociais enquanto órgãos julgadores dos conflitos universitários: o perigo dos prejulgamentos e a omissão institucional.

É de conhecimento geral que as redes sociais se tornaram uma espécie de instrumento de julgamento público, sendo rotineira a exposição e linchamento social do sujeito que – na opinião dos julgadores – comete algo passível de punição. No tocante aos conflitos universitários é usual a utilização das ferramentas virtuais para exposição de denúncias (fundadas e infundadas) de casos ocorridos nos espaços acadêmicos.

Em que pese não se possa desprezar a importância da internet para a divulgação de abusos/crimes e reivindicação de providências por parte das universidades, fato é que em muitos casos a rede social é utilizada de maneira implacável, antes mesmo que os departamentos institucionais possam averiguar o caso e ofertar o direito de defesa ao sujeito acusado, rompendo completamente com os preceitos de democracia e justiça, intimamente ligados aos princípios da ampla defesa e contraditório.

Para ilustrar o quão perigoso pode ser o "tribunal da internet" como elemento julgador de conflitos acadêmicos, cita-se um caso de bastante repercussão social ocorrido na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no ano de 2013. Após enfrentar um verdadeiro linchamento virtual e ser afastado das suas funções em razão de acusação de assédio por parte de uma monitora, o professor Jorge Zaverucha foi absolvido pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região que encontrou contradições no depoimento da acusadora[11].

Casos como estes representam mais que a cultura do linchamento virtual, demonstram cabalmente o quão falho são os sistemas disciplinares que hoje estão à disposição das universidades brasileiras, haja vista que não são aptos para atender em

---

[11] TRF-5 absolve professor da UFPE acusado de assédio sexual. Conjur. Brasília. 01/01/ 201311h45. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2013-nov-01/contradicoes-denuncia-levam-absolvicao-professor-acusado-assedio

tempo razoável de quem acusa, bem como não conseguem garantir o direito à defesa e a honra daqueles que são acusados, pois enquanto a acusação é propagada de maneira intensa em redes sociais, a absolvição dos acusados são divulgadas nos quase invisíveis termos de sindicância publicados em diários oficiais.

É uma premente tarefa das universidades brasileiras repensarem os seus sistemas disciplinares, posto que na maioria das instituições não existem mecanismos de prevenção e mediação de conflitos que visem reestabelecer as relações entre os sujeitos e preservar os direitos de todos os envolvidos. Contudo, cientes desta necessidade, universidades passaram a criar instrumentos aptos a amenizar os conflitos e as consequentes violências observadas nos Campus brasileiros. O tópico seguinte visa apresentar estas importantes ferramentas que já estão sendo aplicadas em importantes universidades.

2. DA ABORDAGEM METODOLÓGICA.

2.1 Das classificações e modalidades de pesquisa.

A metodologia é um instrumento fundamental para que as problemáticas e os objetivos existentes no campo das ideias possam atingir o grau de cientificidade necessário à uma pesquisa acadêmica. Nas palavras de Maria Cecília Minayo, a metodologia da pesquisa ocupa um lugar de protagonismo no desenvolvimento teórico de uma temática e os seus conjuntos de técnicas "possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador" (MINAYO, 2001).

Nas pesquisas que buscam investigar a realidade e a inteiração de determinados sujeitos em dado espaço e tempo, como a pesquisa ora proposta, a abordagem metodológica se torna ainda mais relevante, haja vista a necessidade de que as técnicas de pesquisa se sobreponham à subjetividade do pesquisador e possibilite que o leitor tenha acesso a um trabalho bem lastreado tecnicamente, não apenas a um conjunto de opiniões e perspectivas pré-determinadas.

Tratando-se especificamente dos elementos metodológicos que foram e serão na presente pesquisa, cumpre salientar que, embora traga em seu bojo elementos quantitativos que auxiliam na compreensão do novo cenário acadêmico brasileiro, o presente trabalho deve ser concebido como uma pesquisa de caráter qualitativo, pois

seus objetivos estão assentados no entendimento da subjetividade existente nos conflitos verificados em ambientes acadêmicos. Nas palavras de Minayo, a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares e tem como objetivo o entendimento de um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois o seu objeto de investigação são "significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes" (MINAYO, 2001).

No tocante aos modelos de investigação aplicados na presente pesquisa, constata-se um caráter híbrido que transita entre pesquisas documentais e levantamentos bibliográficos. O aspecto documental ou investigativo de fonte primária é verificado neste trabalho no instante em que esta pesquisa se volta à análise dos dados relacionados ao perfil do "novo estudante" universitário brasileiro e o *status quo* dos números relacionados aos conflitos e violências em ambientes acadêmicos, tendo acesso a informações primárias, ou seja, dados e fenômenos que são observados e inseridos na pesquisa e que não possuem a influência interpretativa de qualquer outro sujeito.

Por sua vez, a utilização de levantamentos bibliográficos (fontes secundárias) também é um instrumento claramente perceptível no trabalho em tela, tendo em vista que uma quantidade significativa das informações e problematizações realizadas nesta pesquisa é originada de publicações avulsas, jornais, revistas, livros, monografias e teses. É importante lembrar, ainda, que a pesquisa bibliográfica tem como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito sobre determinado assunto, servindo como elemento norteador das investigações e aprofundamentos teóricos que serão desenvolvidos nesta obra (MARCONI, 2003).

Nesta seara, cumpre ressaltar as importantes fontes bibliográficas utilizadas nesta pesquisa, com menção especial aos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos que ofertaram a este pesquisador profundas reflexões sobre a atualização do conceito de cidadania e a formação do sujeito identitário, bem como revelou a influência das novas pautas e bandeiras erguidas por este sujeito pós-moderno no aumento dos conflitos nos espaços universitários. Também merece destaque as contribuições bibliográficas de Eduard Vinyamata que possibilitou reflexão sobre a relevância da constituição de um cenário educacional democrático e os caminhos pedagógicos que podem ser utilizados para proposição de instrumentos resolutivos que substituam os arcaicos modelos disciplinares que ainda imperam na grande maioria das universidades brasileiras.

No tocante ao espaço onde está sendo desenvolvida a presente pesquisa, constata-se a existência de duas vertentes bem delineadas: em um primeiro momento ocorre o mapeamento de matérias jornalísticas com o objetivo de analisar a realidade macro dos conflitos ocorridos nas universidades brasileiras, sem distinção geográfica ou de modelo de instituição (pública ou particular). No segundo momento, a investigação de campo ocorre especificamente no campus da UESB de Vitória da Conquista, sendo então realizada uma imersão documental e bibliográfica de modo a reduzir o âmbito geográfico da pesquisa.

Em relação ao elemento temporal, após a análise histórica que culminou na identificação do sujeito identitário, a presente pesquisa foca sua análise nas transições do perfil social, racial e de gênero do sujeito universitário brasileiro, fenômeno verificado de modo mais acentuado no recorte temporal existente entre os anos de 2010 a 2020. Este lapso temporal também é utilizado no processo de investigação dos casos de conflitos ocorridos nas instituições de ensino superior brasileiras, razão pela qual pode-se afirmar que o presente trabalho busca refletir e problematizar os fatos e fenômenos ocorridos na presente década.

2.2 Dos instrumentos de observação e coleta de dados.

Analisar a natureza dos conflitos existentes em âmbito acadêmico e refletir as várias nuances que envolvem estes embates representa um mergulho em um profundo lugar de subjetividades, cabendo ao pesquisador utilizar dos instrumentos necessários à busca da maior e mais qualificada quantidade de informações possíveis. Diante desta verdadeira missão, torna-se fundamental a realização de pesquisas de campo que, nas palavras de Marconi, podem trazer os seguintes benefícios à pesquisa:

> ... interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Ela apresenta vantagens e desvantagens. As vantagens seriam: Acúmulo de informações sobre determinado fenômeno, que também podem ser analisadas por outros pesquisadores, com objetivos diferentes. b) Facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos, sobre

> determinada população ou classe de fenômenos. (MARCONI, 2003, p.188)

Assim, guiada pela necessidade de investigar mais afundo a realidade dos sujeitos envolvidos no fenômeno dos conflitos ocorridos na UESB de Vitória da Conquista, esta pesquisa lança mão dos seguintes instrumentos de coletas de dados, quais sejam:

a) **Questionário Livre** – Teve como objetivo analisar - de maneira anônima e não direcionada – a opinião e as experiências dos Discentes da UESB de Vitória da Conquista sobre os conflitos existentes na instituição;
b) **Questionário Direcionado –** Teve como escopo obter informações e relatos de Docentes que já ocuparam funções administrativas na UESB sobre suas experiências com conflitos e manifestações antidemocráticas nos espaços de debates da Instituição;
c) **Entrevistas** – Teve como objetivo investigar junto aos sujeitos que participaram de sindicâncias ou processos administrativos da UESB as suas opiniões e experiências sobre a efetividade dos instrumentos disciplinares da instituição e os aspectos subjetivos do conflito em que estiveram inseridos;

No tocante aos questionários, conforme pode ser constatado no anexo I, os seus objetivos foram traçar um aspecto geral das experiências dos docentes e discentes da UESB de Vitória da Conquista com o fenômeno investigado (conflitos) e verificar, dentre aqueles que relataram terem participado ou testemunhado a incidência de conflitos, a natureza destes embates, tendo como corolário a observação do grau de democracia racial, social, sexual e religiosa que atualmente permeia as relações entre os atores da instituição. Serão selecionados para a fase de análise minuciosa apenas os questionários que trouxerem o relato de experiências com conflitos na instituição.

Em relação às entrevistas, como se vê no anexo II, as perguntas foram construídas no intuito de coletar dos entrevistados as suas opiniões sobre a qualidade dos instrumentos disciplinares que hoje estão disponibilizados aos sujeitos universitários, assim como a análise da celeridade e efetividade dos procedimentos em questão, buscando compreender quais os detalhes da experiência destes sujeitos com o

procedimento disciplinar e se os seus direitos ao contraditório e ampla defesa foram regularmente disponibilizados pela instituição.

2.3 Da análise e interpretação dos dados coletados.

Segundo Marconi, a análise e a interpretação dos dados coletados em pesquisa são elementos que compõem o núcleo central do trabalho. Sobre a sua perspectiva, estes elementos de pesquisa podem ser conceituados da seguinte forma:

> Análise (ou explicação). É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores. Essas relações podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-feito, produtor-produto, de correlações, de análise de conteúdo" (MARCONI, 2003, p.166)

> Interpretação. É a atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. Esclarece não só o significado do material, mas também faz ilações mais amplas dos dados discutidos. (MARCONI, 2003, p.167)

Na esfera analítica, os dados coletados serão observados com o intuito de estabelecer (ou não) uma correlação entre os fatores identitários do sujeito com os casos de foco de tensão que geram conflitos, ou seja, serão confrontados à hipótese suscitada nesta pesquisa de que a maior pluralidade de sujeitos e pautas que se relacionam na universidade contemporânea, somada ao perfil crítico destes atores, repercutem em um ambiente acadêmico mais propício ao conflito e que exige dos gestores da educação a utilização de métodos resolutivos capazes de tornar o conflito um instrumento pedagógico.

O caráter subjetivo e das questões tratadas na presente pesquisa faz com que a interpretação dos dados e informações coletadas sejam realizadas de maneira crítica, posto que a descoberta de "verdades absolutas" jamais poderia ser o objetivo de uma pesquisa que busca compreender aspectos relacionados a valores, símbolos e princípios humanos. Assim, segundo a classificação de Marconi (2003), o prisma analítico aplicado aos dados e informações coletados nesta pesquisa será a "análise interpretativa e crítica".

3. A UESB e suas tensões: a natureza dos conflitos e os métodos resolutivos aplicados pela Instituição.

3.1 A UESB enquanto síntese do cenário verificado em âmbito nacional.

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) é um importante vetor de conhecimento, capacitação profissional e atuação social na Bahia, sendo protagonista de importantes passagens históricas desde à década de 1980 quando foi concebida como Universidade por intermédio da Lei Delegada nº 12, de 30/12/1980. Neste período, a UESB vem ofertando profissionais e atividades extensivas que interferem positivamente na vida da comunidade local, atuando com protagonismo especialmente nas cidades de Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista, localidades onde estão estabelecidos os campuses da instituição.

No tocante ao Campus de Vitória da Conquista, segundo o site oficial da Universidade[12], atualmente 6.226 estudantes, 523 professores e 376 funcionários compõem os quadros da Universidade e ajudam a fazer da instituição uma das mais respeitadas da Bahia e com destaque em exames e avaliações nacionais em vários cursos diferentes.

Contudo, essa comunidade acadêmica composta por aproximadamente 7 mil pessoas também não está imune ao "espirito do tempo", trazendo ao interior do campus as tensões e problemas que permeiam a sociedade brasileira e exigindo dos sujeitos responsáveis pela coordenação do Campus a adoção de medidas que possam solucionar possíveis conflitos e restaurar as relações dos atores envolvidos no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

---

[12]Disponível em: http://www.uesb.br/nossos-campi/vitoria-da-conquista/

No tocante ao perfil dos embates/conflitos observados na instituição, constata-se que estes são gerados por multifatores – assim como verificado nas demais universidades brasileiras - tendo como destaques os conflitos de ordem de gênero (especialmente o assédio) e os embates de ordem política, seja em relação a questões ideológicas ou posicionamentos distintos no tocante à política institucional da universidade.

Ratificando a semelhança da UESB com as universidades analisadas no capítulo anterior, nos últimos anos a instituição também foi manchete dos noticiários jornalísticos da região em razão de conflitos/acusações realizadas entre os sujeitos que se correlacionam em seus *Campi*, casos que reverberaram na sociedade local e colocaram em discussão a qualidade do ambiente democrático, bem como a capacidade da instituição de tratar internamente as consequências destes conflitos.

A seguir serão expostos/relembrados alguns dos casos de conflitos e acusações ocorridos na UESB nos últimos anos e que foram amplamente divulgados na mídia local.

No ano de 2019, associações de estudantes e professores realizaram protestos com o intuito de denunciar a existência de supostos assédios morais e sexuais na instituição, bem como da incidência de casos de homofobia e racismo entre os sujeitos que compõem a comunidade acadêmica da UESB. Os movimentos surgiram após uma estudante do curso de Geografia declarar ter sido assediada por um colega de turma. O caso e as manifestações repercutiram socialmente e as palavras dos atores envolvidos nos protestos retratavam uma instituição omissa no que se refere à adoção de medidas que pudessem inibir e punir os supostos assediadores.

À época, a Professora Sandra Ramos teceu fortes críticas à forma como a instituição tratava as denúncias de assédio ocorridas no campus de Vitória da Conquista: *"esses casos de assédio ficam muitas vezes impunes porque chegam ao departamento e muitas vezes não saem de lá. A pessoa sofre o assédio, sofre a violência e não consegue levar [a denúncia] adiante. Temos uma ouvidoria que não tem funcionado. A Uesb precisa de políticas institucionais de combate às opressões"*.

Visão ratificada nas palavras da estudante Talia Lima, então membro do Centro Acadêmico de Geografia: *"o que mais a gente vê aqui é negro sofrendo racismo. É LGBT*

sofrendo LGBTfobia. É mulher sendo assediada em todos os níveis, seja na sala de aula, seja no corredor, em qualquer instância".[13]

A UESB também não ficou imune a um tema/conflito que permeia as discussões sobre a educação brasileira: o bullying. Segundo denúncia de um estudante do curso de Engenharia Florestal, durante vários semestres a sua forma de falar e as gírias típicas de sua região foram objetos de achincalhamento por parte dos seus colegas de turma, chegando ao ponto de afetar o seu rendimento acadêmico e denunciar o caso ao Colegiado do seu curso. O estudante revelou na matéria um pouco do contexto das agressões que sofreu: *"Eu perdi peso. Muito mesmo! Eu voltei a engordar tem pouco tempo. Eu estava magro demais. Eu não comia. Quando ia estudar, ficava pensando o que iria fazer quando chegasse na aula. Como é que eu devia agir? Eu ficava planejando maneiras de não deixar eles fazerem isso e acabava não estudando. E, por mais que eu planejasse, acabava acontecendo".*

Após a constatação – por intermédio de matérias jornalísticas - de que nos últimos anos a UESB foi palco de conflitos entre os atores acadêmicos, a presente pesquisa passa a apresentar, através dos questionários e entrevistas, a visão e experiências vivenciadas pelos atuais estudantes no tocante aos possíveis conflitos que participaram ou presenciaram durante as suas jornadas acadêmicas.

3.2 - Entre liberdades e tensões: análise dos conflitos ocorridos na UESB sob a ótica dos atuais estudantes.

3.2.1 O critério de utilização dos questionários e o perfil dos participantes.

O questionário em análise foi elaborado com o objetivo de analisar a incidência (ou não) de conflitos no campus da UESB de Vitória da Conquista, bem como de extrair aspectos da natureza e características destes possíveis conflitos. Em razão do período pandêmico que vivenciamos, o questionário foi elaborado (Google Formulários) e distribuído eletronicamente (Grupo de conversas das turmas), tendo este pesquisador buscado contatos de vários cursos para que pudessem encaminhar o documento nos respectivos grupos das turmas.

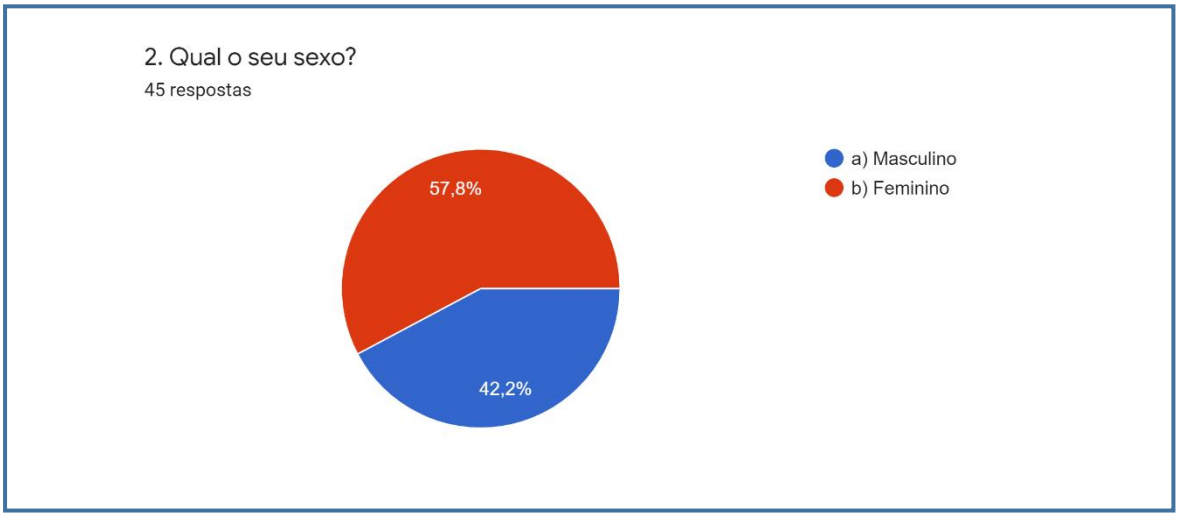
[13] http://adusb.org.br/web/page?slug=news&id=10151&pslug=#.YD6xS2hKjIV

No momento inicial foram recebidos 92 questionários respondidos, sendo que destes, 45 traziam respostas para todos os questionamentos e relatavam experiências e observações fundamentais para os objetivos da presente pesquisa. Importante salientar que não foi realizado qualquer filtro ou juízo de valor em face das manifestações/declarações apresentadas pelos discentes, ressaltando que as manifestações serão expostas da maneira literal como foram escritas.

No tocante ao perfil dos entrevistados, alcançou-se uma pluralidade significativa de cursos, haja vista que este sempre foi um objetivo da pesquisa: alcançar estudantes de vários perfis que pudessem relatar experiências e visões plurais sobre o tema ‘Conflitos”. Responderam o questionário estudantes de graduação dos Cursos de Contábeis, Filosofia, Ciências Sociais, Cinema, Direito, Economia, assim como estudantes da Pós-Graduação do Curso de Direito.

Em relação ao gênero, conforme se constata no gráfico abaixo, obteve-se também um equilíbrio entre os entrevistados:

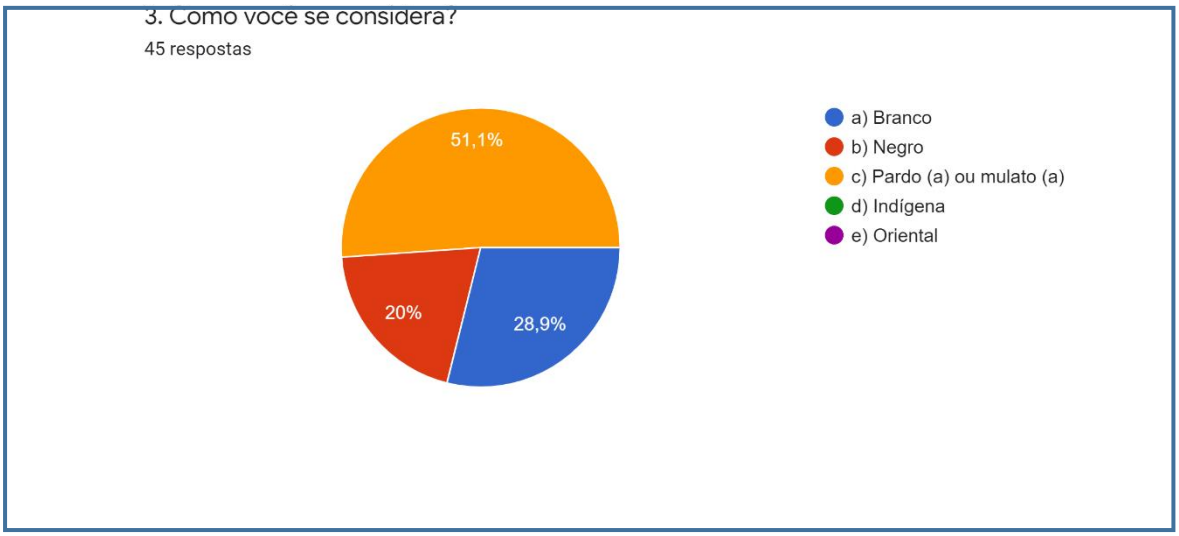
<u>Gráfico I:</u>



Fonte: o Autor

Em relação à autodeclração racial, assim ficou configurado perfil racial dos participantes:

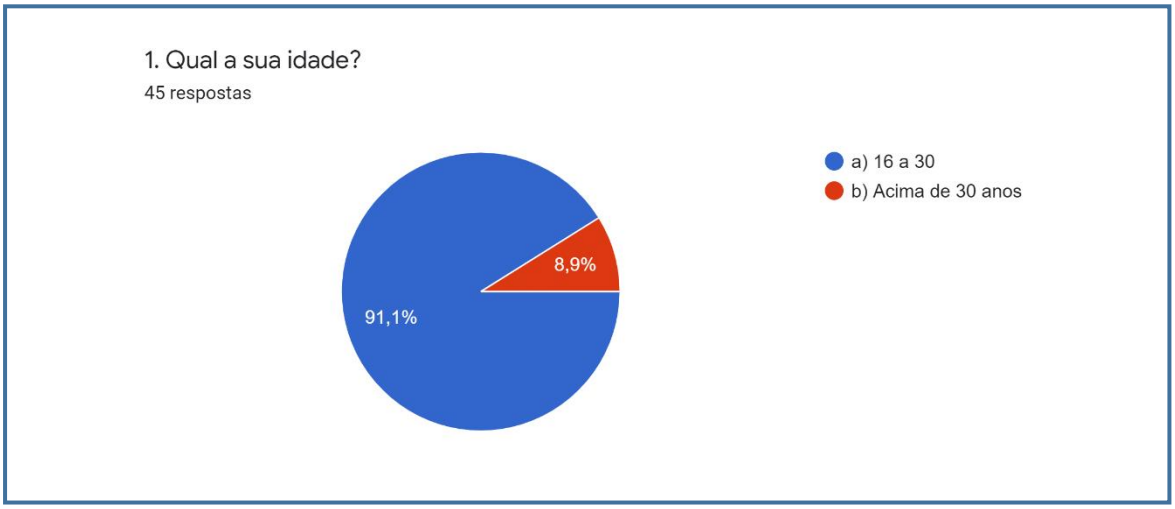
Gráfico II:



Fonte: o Autor

No que se refere ao perfil etário dos estudantes/participantes, como era esperado, houve um predomínio do público com idade inferior aos 30 anos, confira-se:

Gráfico III:



Fonte: o Autor

Portanto, temos um perfil equilibrado em gênero e raça e um predomínio etário de jovens abaixo de 30 anos, tendo assim, um perfil de participante com leve predominância de mulheres pardas ou mulatas com idade inferior a 30 anos. Após a identificação de critério e perfil dos participantes, passa-se à análise do material coletado

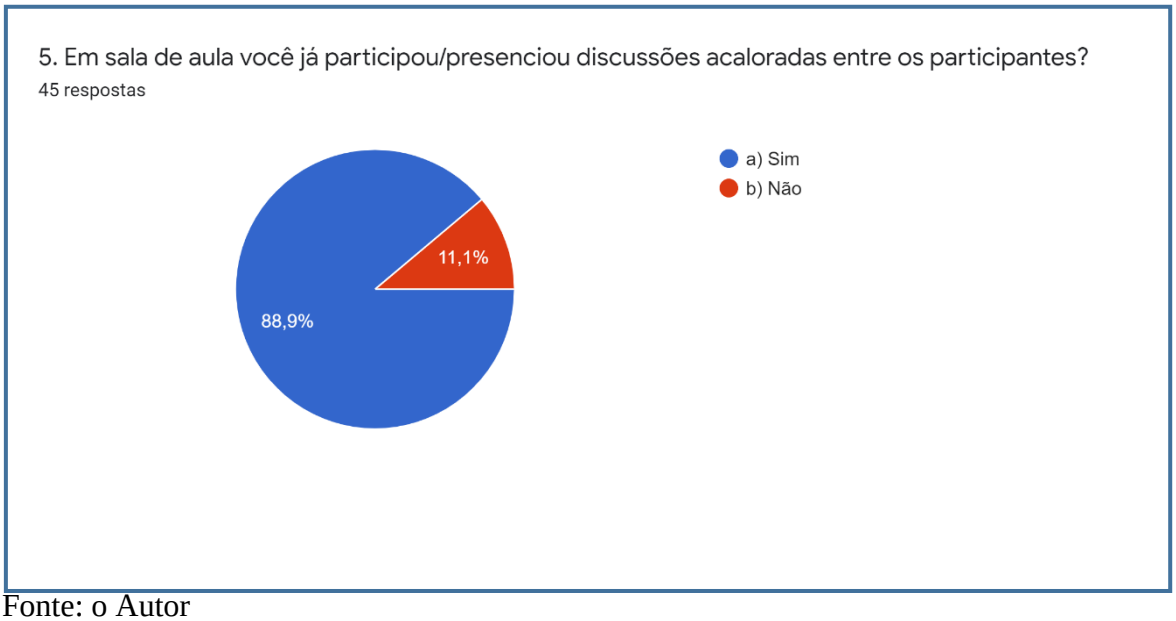
pelos questionários que revela importantes informações sobre as experiências destes estudantes com conflitos na UESB.

3.2.2 O rompimento da linha democrática: experiências de conflitos e manifestações preconceituosas no Campus de Vitória da Conquista.

Em que pese as falas e declarações (aspectos qualitativos) serem elementos de maior impacto dentro de uma coleta via questionário, os números apresentados na pesquisa (aspectos quantitativos) são elementos fundamentais para uma melhor compreensão do cenário investigado. Conforme observaremos nos gráficos expostos a seguir, parcela significativa dos estudantes revela ter sofrido ou tem conhecimento de colegas que sofreram alguma espécie de agressão no Campus da UESB de Vitória da Conquista.

Embora não represente uma perspectiva conflituosa por si só, haja vista que é natural que no âmbito democrático ocorra a exaltação de animo por parte de "debatedores", a esmagadora maioria dos participantes do questionário revela já ter presenciado o acontecimento de debates acalorados em salas de aulas da universidade, confira-se:

<u>Gráfico IV:</u>



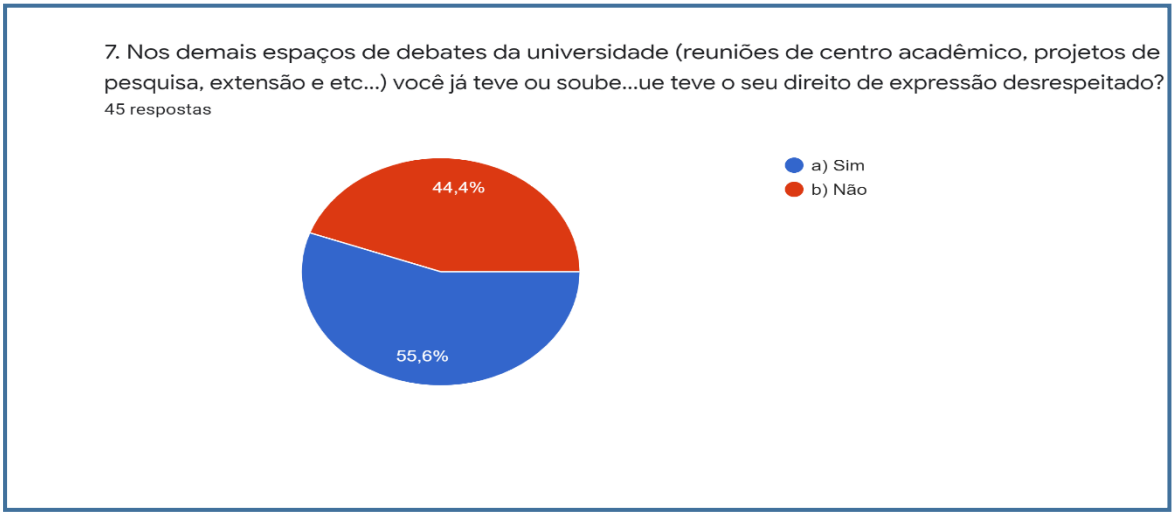
Fonte: o Autor

Contudo, dissertando sobre estes debates, alguns estudantes/participantes relataram que em muitas oportunidades estes espaços, naturalmente democráticos, são palcos de manifestações e atos que ultrapassam a esfera natural de uma discussão, confira-se:

> *6. Em caso positivo, na sua opinião essa discussão se deu com respeito e tolerância ou os debatedores ultrapassaram este limite com ofensas, agressões, opressões ou algo do gênero?*
>
> *Por vezes já chegaram a ofensas pessoais.*
>
> *Não tão explicitamente, mas as violências estavam ali, subjacentes, no meu caso a do racismo.*
>
> *Não respeitaram a opinião contrária*
>
> *Não chegaram a ser expressões agressivas, mas de tom sarcástico e irônicas, que acabavam levando a um constrangimento*
>
> *Passam do limite, principalmente professores que não aceitam opiniões diferentes das que acreditam.*

Ainda no campo investigativo sobre a qualidade da democracia nos demais espaços de debates da UESB (reuniões de Centro Acadêmico, Pesquisa e extensão...), mais de 40% dos estudantes/participantes afirmou que já tinha sofrido ou presenciado alguém ter seu direito de manifestação desrespeitado, vejamos:

<u>Gráfico V:</u>

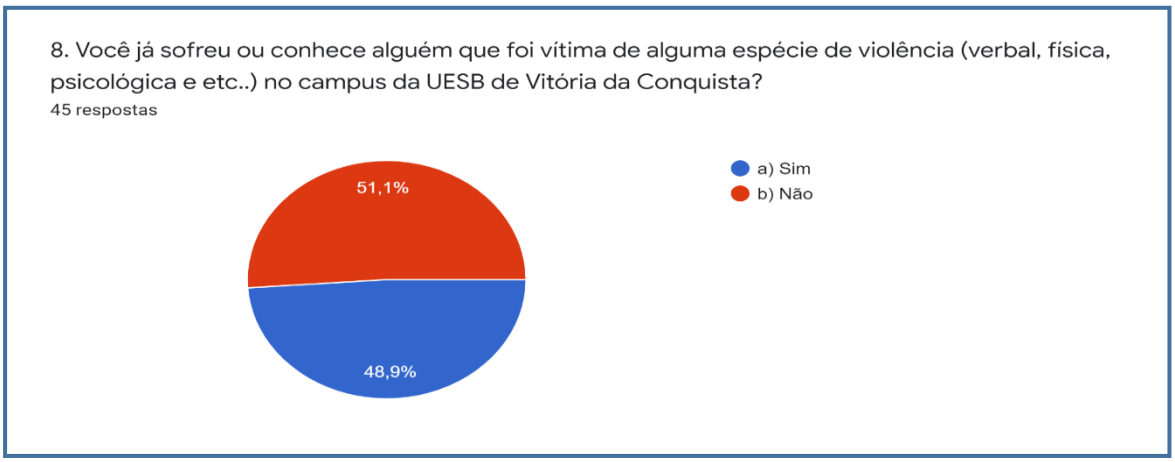


Fonte: o Autor

Após esta investigação sobre a qualidade dos debates desenvolvidos no campus da UESB de Vitória da Conquista, o questionário incide sobre temas bastante sensíveis no campo das relações: violências e preconceitos. Além de números impressionantes, os relatos dos estudantes sinalizam para um ambiente acadêmico onde a linha da democracia e, segundo estes relatos, da legalidade são absolutamente ultrapassadas.

Perguntados se já haviam sofrido ou conheciam alguém que tinha sido vítima de alguma espécie de violência no Campus da UESB de Vitória da Conquista os participantes se posicionaram da seguinte maneira:

Gráfico VI:



Fonte: o Autor

Questionados sobre a natureza destas supostas manifestações de violências, os 48,9% dos estudantes emitiram as seguintes declarações:

9. Em caso positivo, qual foi a espécie de violência?

Verbal e psicológica

Assédio

Homofobia e racismo

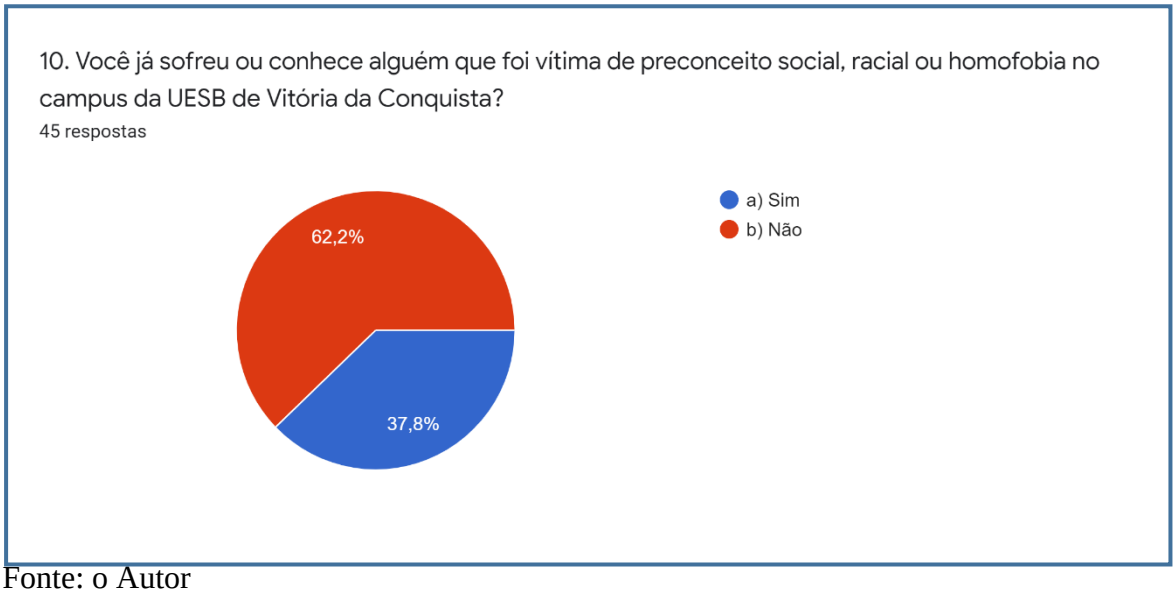
Uma professora falou uma estudante em razão do seu gênero. Porque segundo suas crenças pessoais "um homem tinha prioridade na fala

Um professor em sala de aula ameaçou indiretamente os alunos, porque descobriu que os alunos estavam fazendo um abaixo assinado para o mesmo não ser mais professor da turma

Assédio moral.

No que se refere ao tema preconceitos, os estudantes/participantes se posicionaram da seguinte forma:

Gráfico VII:



Fonte: o Autor

Dissertando sobre os preconceitos que sofreram ou presenciaram os participantes responderam da seguinte forma:

11. Em caso positivo, qual foi a espécie de preconceito?

Homofobia com uma professora que se recusou a reconhecer um casal gay. Em situações de racismo "elogios velados " sobre cabelos afro que podem ser interpretados como de racista.

Um professor que fez piada racista com o cabelo de uma aluna, por ser crespo; piadas debochando da homossexualidade, feitas por outro professor; piada de preconceito com pessoas

portadoras de síndrome de down, feita por este último professor também.

Preconceito racial e social

De gênero, racial, social e LGBTQQIfobia

Racial, descriminação foi feita de forma verbal.

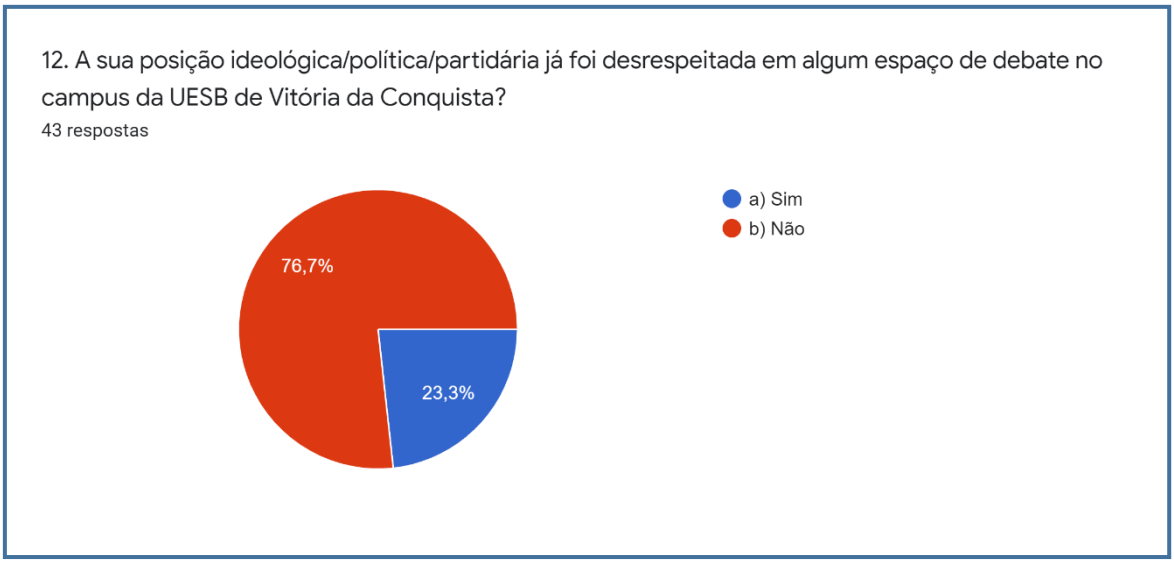
Social, racial e homofobica

Homofobia

Em que pese se tratar do posicionamento de uma reduzida proporção da comunidade acadêmica, os aspectos numéricos do questionário e as declarações expostas acima - ao menos - sinalizam para um ambiente acadêmico onde a democracia e os bons debates podem estar sendo prejudicados pelas práticas do preconceito e da intolerância, causando conflitos entre os atores e prejudicando a construção democrática do conhecimento.

No tocante ao livre exercício da prática política/partidária/ideológica, significativa maioria dos participantes sinaliza que o Campus de Vitória da Conquista é um espaço propício ao debate político, confira-se:

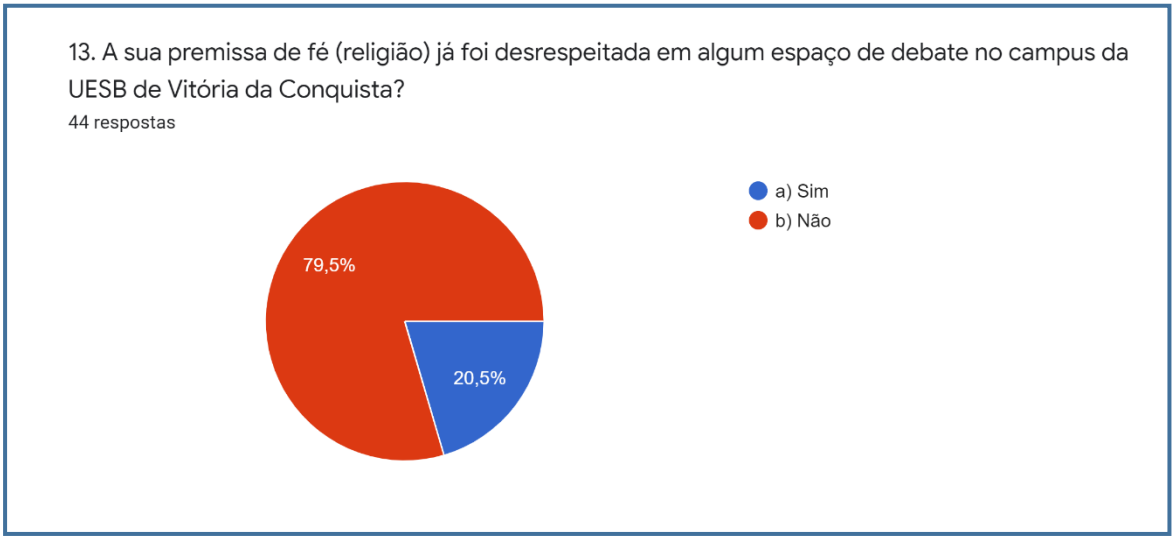
Gráfico VIII:



Fonte: o Autor

No que se refere à liberdade religiosa, constata-se que a intolerância por crenças ainda é um elemento presente nas relações entre os sujeitos universitário, vejamos:

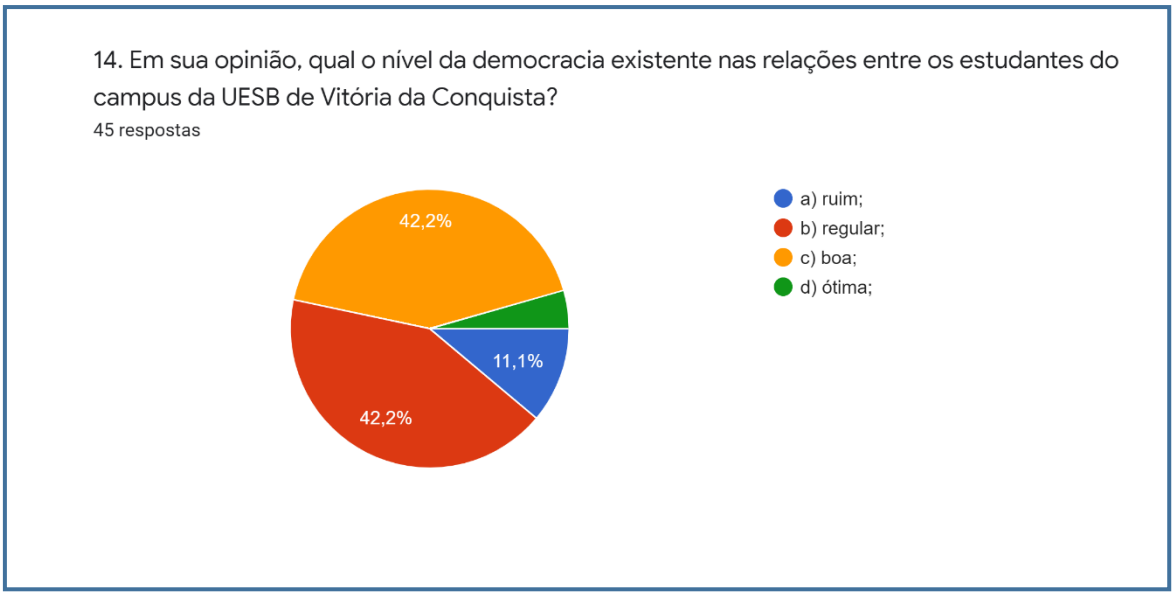
Gráfico IX:



Fonte: o Autor

Em relação ao nível da qualidade democrática observado nas relações entre os estudantes no Campus, os participantes apresentaram a seguinte avaliação:

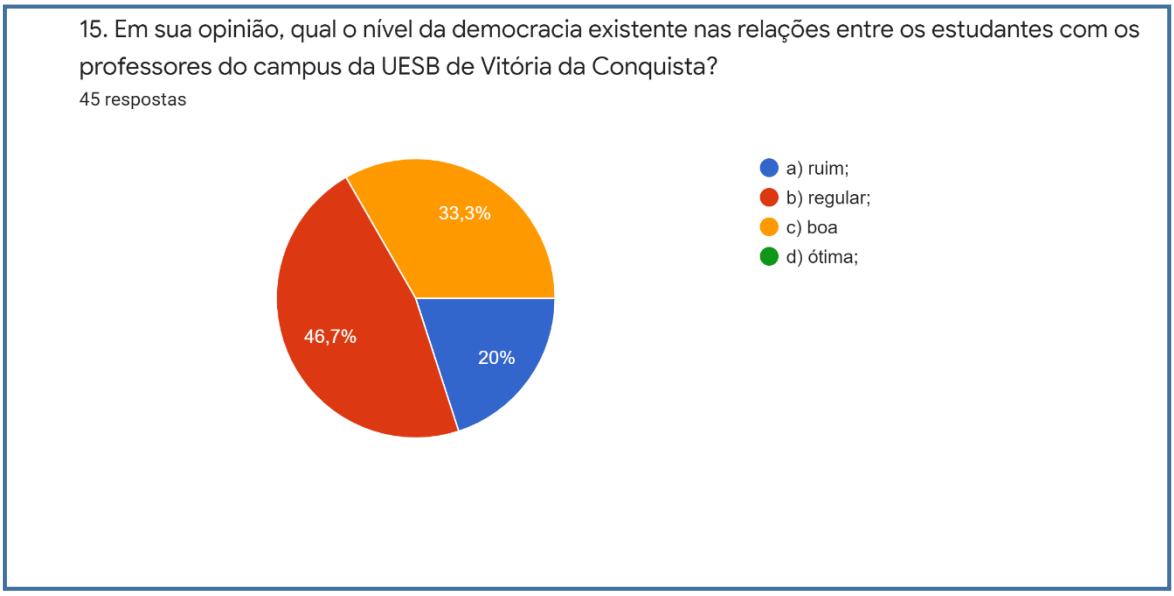
Gráfico X:



Fonte: o Autor

Em face da qualidade democrática da relação estudantes-professores, os participantes assim se manifestaram:

<u>Gráfico XI</u>:



Fonte: o Autor

3.2.3 Um breve chamamento à reflexão sobre os mecanismos de prevenção e tratamento de conflitos.

Os dados coletados e apresentados acima não possuem (e nem poderiam possuir) qualquer pretensão de serem observados enquanto uma sentença ou uma verdade insuscetível de questionamentos, posto que já foi ressalvado o seu alcance. Contudo, as informações contidas nos mencionados questionários precisam suscitar questionamentos pela própria instituição: como pode uma proporção tão grande dos estudantes questionados apontar a presença de preconceitos e intolerância em espaços acadêmicos? Como é possível que dentro de espaços acadêmicos a homofobia e o racismo ainda sejam identificados de maneira tão explícita? O que a instituição tem feito para coibir as manifestações de violências relatadas pelos estudantes?

Pelos prismas da pedagogia do conflito (SANTOS.1996) e da Conflitologia (Vinyamata.2005), a omissão não seria um caminho aconselhável a ser seguido pela instituição, pois a existência destes conflitos exige da instituição respostas teóricas

(transformar estes focos de tensão em espaços pedagógicos) e práticas (analisar criticamente seus métodos disciplinares e implantar instrumentos resolutivos capazes de tratar os casos em suas particularidades com eficiência e celeridade).

Contudo é importante ressaltar que não é razoável exigir de qualquer Universidade (ou outra instituição) que impeça o acontecimento de todos os atos e manifestações similares às "denunciadas" pelos participantes do questionário, posto que, como descrito nos capítulos anteriores, a tendência ao conflito é uma característica do sujeito hodierno, cada vez mais segmentado em pautas e posicionamentos distintos. Todavia, é fundamental problematizar quais mecanismos pedagógicos e disciplinares estão sendo aplicados pela UESB na prevenção e tratamento de conflitos entre os sujeitos que se correlacionam em seus *Campi*.

E justamente para tentar entender um pouco mais sobre a estrutura pedagógica e disciplinar da UESB em face dos conflitos existentes no Campus de Vitória da Conquista, a presente pesquisa realizou entrevistas e questionários com 6 (seis) docentes que já desempenharam atividades administrativas na Instituição (coordenação pedagógica, diretoria, membros de comissões administrativas e sindicância) e que trouxeram relevantes informações e reflexões que serão expostas no capítulo a seguir.

3.3 Os conflitos universitários e a capacidade resolutiva da UESB sob a ótica dos docentes.

3.3.1 Questionários:

Cumpre estabelecer inicialmente os dois grandes traços de distinção existentes entre o método da coleta de dados realizada junto aos estudantes e a que foi efetuada em face dos docentes: I) as entrevistas e questionários realizadas junto aos professores tiveram o aspecto unicamente qualitativo, buscando-se auferir visões mais concretas sobre os conflitos e a capacidade resolutiva da instituição; II) o Questionário aplicado aos docentes/participantes busca, além de compreender as visões dos professores sobre os conflitos existentes no Campus, investigar o posicionamento destes em relação ao grau de participação da comunidade docente nos espaços de decisão da UESB.

Feitas estas importantes ressalvas, passa-se a apresentação da contribuição docente para a compreensão do tema e o desenvolvimento da presente pesquisa.

O questionário anônimo (a pedido dos docentes) constante no apêndice III teve a participação de 2 (dois) professores e 2 (duas) professoras que atuam no mesmo departamento do Campus da UESB de Vitória da Conquista e que já ocuparam funções administrativas na universidade, agregando a esta pesquisa uma visão bastante concreta sobre os conflitos e os métodos de resolução existentes na instituição.

No que se refere a experiências vividas em relação a violências e preconceitos na universidade, o posicionamento dos docentes ratifica o cenário narrado pelos estudantes: os limites dos debates respeitosos são constantemente ultrapassados também nos espaços de reuniões administrativas e pedagógicas da instituição, haja vista que todos os participantes revelaram que já presenciaram reuniões acaloradas que ultrapassaram o limite do respeito e da democracia, revelando que as discussões se deram:

- Participante 1: *Sim* (respondendo se houve rompimento do debate respeitoso)
- Participante 2: *Sem tolerância, desrespeitando e menosprezando o colega, querendo impor a sua ideologia*,
- Participante 3: *Os limites invariavelmente são ultrapassados*.
- Participante 4: *Ultrapassaram o limite com ofensas*

Ao serem questionados se já sofreram ou presenciaram alguém sofrer alguma espécie de violência na instituição, os participantes – mais uma vez- corroboraram com o cenário trazido pelos estudantes e responderam de maneira unanime que sim. Ao serem questionados sobre a natureza destas violências, os docentes relataram que estas se repercutiram na modalidade “Verbal, Psicológica e Física”.

Em face do questionamento sobre a experiência com racismo, homofobia ou outra espécie de preconceito no Campus da UESB de Vitória da Conquista, 3 professores informaram que já presenciaram/sofreram, enquanto 1 docente afirmou não ter tido experiência com tais situações. Dissertando sobre os fatos, os docentes emitiram as seguintes declarações:

- Participante 1: Não presenciou.
- Participante 2: *De gênero, racial; orientação sexual e preconceito social*
- Participante 3: *Preconceito social e racial*
- Participante 4: *Racial*

No tocante à liberdade de manifestação política/partidária/ideológica, assim como os estudantes, a maioria (3) dos docentes se posicionaram no sentido de que nunca teve esse direito violado. Em relação ao respeito à manifestação religiosa, os 4 docentes informaram que nunca tiveram às suas premissas de fé violadas, cenário positivo que também havia sido sinalizado pelos estudantes.

Questionados sobre o *"nível da democracia existente nas relações entre os sujeitos que convivem no campus da UESB de Vitória da Conquista",* os docentes o conceituaram como regular (3) ou bom (1), afirmando ainda que *"o grau de participação dos docentes nas diretrizes pedagógicas da UESB"* é médio (3) ou pequeno (1), enquanto em relação ao "*grau de participação dos docentes nas questões administrativas/financeiras da UESB"* os participantes se dividiram entre pequena (2) e média (2).

Em suma, os docentes/participantes do Questionário ratificaram o cenário de bastante conflitos atualmente verificados no Campus da UESB de Vitória da Conquista, além de apontarem uma possível baixa participação dos docentes na elaboração das diretrizes administrativas da universidade, contextos que exigem da instituição uma reflexão sobre os mecanismos de intervenção, tratamento e resolução de conflitos atualmente aplicados no âmbito das relações universitárias.

Diante destes cenários narrados por estudantes e docentes e tendo em vista o objetivo de alcançar a maior profundidade possível sobre a temática (conflitos na UESB), a presente pesquisa investigou a qualidade dos métodos de resolução de conflitos aplicados nos Procedimentos Disciplinares Administrativos (PADs) e Sindicâncias abertas pela instituição. Para tanto, este pesquisador entrevistou 2 (dois) professores que fazem parte dos quadros da UESB há décadas e tiveram intensas experiências com os métodos de resolução de conflitos da Instituição.

3.3.2 Entrevistas:

De antemão é importante esclarecer que, a pedido dos entrevistados e imediatamente aceito por este pesquisador, não haverá qualquer identificação dos docentes participantes da pesquisa, pois os temas abordados na entrevista e transcritos neste tópico revelam passagens de cunho pessoais dos participantes e a exposição de seus nomes ou departamentos poderiam gerar um constrangimento absolutamente desnecessários.

Da mesma forma, é fundamental esclarecer que as declarações, informações e relatos narrados pelos entrevistados foram transcritos da maneira literal e que não representam – necessariamente - a opinião deste pesquisador sobre algum tema ou conduta descrita pelos entrevistados, reservando-se apenas o direito e o dever deste pesquisador de analisar as contribuições dos participantes à luz do tema central da pesquisa (conflitos e suas implicações), ressaltando ainda que as transcrições das falas do entrevistado representam fielmente o que foi dito pelos mesmos, posto que os textos foram submetidos à avaliação dos entrevistados antes da leitura.

Tratando-se especificamente dos conteúdos abordados nas entrevistas, acredita-se que o leitor terá uma visão bem mais concreta sobre as particularidades que envolvem um conflito na UESB, as suas consequências e impactos no dia-a-dia acadêmico dos sujeitos envolvidos no litígio, as suas incidências para além dos muros da instituição e especialmente entender um pouco mais de como a universidade tem tratado destas questões.

Após estas necessárias ressalvas, passa-se a apresentar as relevantes informações, reflexões e críticas trazidas pelos entrevistados.

O primeiro entrevistado teve instaurado contra si uma Sindicância que investigou o suposto cometimento de assédio moral e sexual em face de estudantes, um tema absolutamente delicado que será tratado de maneira a preservar toda e qualquer informação que possa identificar os sujeitos envolvidos no caso. Logo no início da entrevista, o entrevistado relata o impacto inicial das denúncias realizadas contra si e deixa claro o quão delicado é tratar do referido assunto:

Entrevistado1:

> *Nesse período de (número omitido) anos de UESB eu tenho 1 comissão de sindicância que foi criado né, em que eu fui reclamado na comissão de sindicância. Aí se você me perguntar quem são os autores, é, eu conheço duas pessoas que foram envolvidas no processo, mas as pessoas que foram envolvidas no processo, ambas dizem que não foram elas que fizeram as denúncias porque foram denúncias anônimas na ouvidoria. Aí em função dessas denúncias é que surgiu uma sindicância né. Inclusive eu não tenho, não fico muita à vontade até hoje para conversar sobre esse assunto não porque assim (número omitido) anos de carreira quase que vão por água abaixo por causa de denúncias anônimas, então foi um negócio muito, muito chato para mim.*

Perguntando sobre como tomou conhecimento da denúncia e abertura da sindicância, o entrevistado relatou minuciosamente todo este contexto e revelou pontos bastante relevantes sobre o que - no seu entendimento – teria sido o motivo da denúncia e abertura de sindicância:

Entrevistado 1:

> *Não, não houve isso. Na verdade, assim, da universidade, com quem eu tive o contato direto foi com o diretor de departamento né, o diretor de departamento no meu entendimento teve uma atitude assim, até me surpreendeu positivamente, porque se houvesse uma pessoa menos hábil para tratar dos fatos a coisa teria adquirido uma proporção, já não foi pequeno, mas se não tivesse. E outra coisa, se fosse uma pessoa que quisesse usar isso para fazer turbilhonamentos, fazer escândalos, teria tido um prato cheio né. Assim, eu estava na minha sala e o diretor veio me procurar com um documento na mão né dizendo assim: "olha professor tem aqui uma denúncia anônima na universidade, aqui tá dizendo que o senhor assedia as suas alunas do ponto de vista sexual". Eu olhei para ele e falei olha, eu chamei pelo nome, ele foi meu aluno inclusive, eu tinha liberdade para isso com ele, falei ó, você me conhece há muitos anos, você foi meu aluno né, sabe a minha postura, me conhece né, você pode inclusive pelo conhecimento que você tem da minha pessoa deduzir né, essas coisas eu não tenho nada a esconder, nada a negar em relação a*

isso e nem o que fazer. O que eu sugiro é que você verifique né é fácil isso né, eu sei que algum tempo depois ele retornou e falou, tem um documento lá no apartamento que duas alunas dizem que querem que esse processo ande porque elas entendem que realmente houve alguma coisa aí. Ué, então vamos ver o quê que tá acontecendo, aí fui conversar com as alunas, uma delas me disse logo: Não professor, eu assinei um documento aí porque vieram conversar comigo, veio uma professora e fulana de tal, que é a outra aluna, que eu não vou citar nomes até por uma questão de que como uma coisa nunca foi nomeada se eu for primeiro a nomear viro eu o acusador né, então não quero nomear ninguém aí uma dessas pessoas disse: Não, me rodearam e quando eu vi tava com documento assinado. Então vejam aí uma professora, que ela não quis mencionar o nome, entrou na jogada. Ela disse inclusive assim eu não tenho nada a reclamar do senhor né, eu queria ter uma conversa com o senhor mas não sobre assédio sexual eu quero ter uma conversa com o senhor sobre outras coisas né e não sobre assédio sexual, inclusive foi com o namorado junto né e o próprio namorado né dizendo Ó (nome omitido), ela é minha namorada e tá dizendo pra mim que nunca teve nada aí eu te conheço e sei que você é vítima de muita perseguição política aqui dentro da Universidade. Aí a outra aluna né, eu fui conversar, levei testemunhas, sentamos né e tal, ela começou a cozinhar o galo, ela nem dizia que tava acusando, mas também não dizia que não tava. Falou: Não, porque algumas coisas a gente interpreta. Falei, ô minha fia você tem alguma coisa para me acusar? Aí ela disse não eu não tenho. Bom, aí ela fez um documento dizendo que o que tava no documento era para ser desconsiderado, mas ao mesmo tempo ela coloca lá que eu havia feito algum tipo de assédio, que já não era mais assédio sexual, já era algum tipo de assédio, que ela que foi assediada não sabe dizer qual assédio que foi. Olha que coisa.

O entrevistado também revelou como foi o seu primeiro contato com a Comissão de Sindicância e o contexto da audiência:

Entrevistado 1:

" (...) então foi feita a comissão né, eu fiquei esperando por vários meses a comissão me chamar, após alguns meses a comissão me chamou. Até lá, não sabia nem fiz questão de saber quem eram os membros da comissão, fui depois da comissão, cheguei lá a comissão perguntou se eu tinha alguma coisa a declarar a respeito daquelas acusações, aí eu disse a única coisa que eu

tenho a declarar é que tudo isso aí é mentira né, aí a própria comissão disse nosso problema também é o seguinte, nós tentamos encontrar pessoas que viessem depor contra você, só que não apareceu ninguém não, o que tem contra você são essas denúncias anônimas e aquele documento feito por duas alunas que as próprias alunas, uma se negou completamente, disse que aquilo ali foi um envolvimento, não nomeou ninguém, mas disse que foi envolvida e a outra aluna né depois veio com outras conversas, disse que o que você fez com ela configura um tipo de assédio, mas ela nem diz que tipo de assédio que é.(...)

Perguntado se saberia identificar por qual razão tal "complô" teria sido criado contra ele, o entrevistado apresentou sua suspeita e narrou uma passagem que revela o grau de tensão que a sindicância causou nas suas relações com parte do corpo discente:

Entrevistado 1:

Eu acredito que 90% disso é político, entendeu? Aí eu fui investigar e descobri por exemplo que o ambiente de trabalho no qual eu estava era um antro de fofoca né. A minha secretária disse, (nome omitido), eu não quis levar até você porque eu ficava sem jeito né. Aí eu descobri que tinha aluna com que eu nunca dei um bom dia, nunca falei oi, que estava comentando: Olha eu tenho que me defender, eu ando aqui pelos corredores, mas eu ando com um estilete na bolsa, que se (nome omitido) me assediar eu furo ele, mas eu nunca dei um bom dia para aluna.

Questionado de como essa denúncia tinha repercutido em duas atividades acadêmicas, o entrevistado contou com riqueza de detalhes como passou a ser o seu cotidiano na universidade.

Entrevistado 1:

Virou um negócio terrível, a colocação das câmeras me permitiu trabalhar, mas não só a colocação das câmeras, como eu falei para minha secretária, agora qualquer momento que você ver aqui nas câmeras três ou mais pessoas no corredor, você tá obrigada a ir lá perguntar qual é o assunto aqui? Porque corredor não é lugar de reunião, reunião é na sala de reuniões, trabalho é dentro do laboratório. Aí o tempo passou, essas pessoas eram todas alunas, se formaram, não é. E por outro lado também eu tive né, a minha própria secretária se propôs a mediar tudo, se propôs a depor ao meu favor, como uma pessoa que sabia que eu nunca tinha feito nada de errado, nem com ela, inclusive, que também era mulher, várias colegas de trabalho que partilhavam laboratório. Quando você precisa usar de testemunha a seu favor? Primeiro tem que ser acusado, quando a comissão me chamar. Quando eu cheguei lá na comissão a própria comissão disse, não temos como, porque aquilo que tem contra você é uma denúncia anônima e aí uma das alunas depois disso trabalhou comigo por mais dois anos, e me disse assim: (nome omitido), naquele período, mais de cinco pessoas me ligaram insistindo que se eu tinha alguma coisa contra você que após denunciar, que a UESB ia me dar apoio, quer dizer, ela disse assim, olha, para eles pararem eu tive que dizer: Ó, se me ligarem de novo sobre esse assunto eu vou para justiça, porque vocês tão querendo me coagir a depor contra (nome omitido), aí segundo ela pararam de telefonar para ela, mas segundo ela por telefone, não pessoalmente, por telefone mais de uma pessoa ligou para ela insistindo e ela, mas eu não tenho o que denunciar de (nome omitido), (nome omitido) é meu amigo, e depois disso se tornou minha amiga e até hoje tem boas relações comigo, ela trabalha numa indústria aqui que fornece material para eu fazer pesquisa que até hoje se tornou amiga, tanto ela como o ex-namorado que hoje é marido."

Ao responder sobre o tempo de duração e as consequências em esfera pessoal das Sindicâncias, o entrevistado relatou um grande impacto da acusação em sua vida pessoal:

Entrevistado 1:

> *Foi encerrado logo. Durou mais ou menos, não sei exatamente não, mas uns seis a oito meses e foi encerrado no sentido arquive-se que não tem o que acusar (nome omitido), inclusive eu guardei a conclusão final porque, veja só, como que isto né, quando isso aconteceu eu já tinha uns três anos que tava separado da minha ex-esposa, certo? Mas eu tava com um processo de divórcio litigioso, bom duas coisas (trecho omitido – entrevistado relata o impacto da sindicância em seu processo judicial de divórcio) (...). Outra coisa, geralmente o processo de assédio quando a pessoa assedia ela não assedia uma pessoa só. Então assim, pelo tanto que isso foi fuxicado, se eu tivesse assediado mesmo, tinha aparecido aí umas 10 ou 20 criaturas, porque basta a primeira abrir a boca que o resto vai no embalo, vai até umas que nem né. Eu tomo como uma coisa positiva ter sido feito a comissão de inquérito. Inclusive coloco aqui que comissão agiu até onde eu sei, corretamente, quem eu vejo que eu achei muito estranho foi uma pessoa que inclusive as duas meninas me disseram, não foi a gente que pensa denúncia eu hoje já acho que uma delas fez sim, aquela segunda, mas a primeira realmente foi envolvida na coisa sabe, eu acho que a segunda queria um jeito de cair fora e alguém orientou ela faz isso que você cai fora né. ”*

Indagado se recebeu algum auxílio/suporte psicológico da UESB, o professor foi categórico ao afirmar:

Entrevistado 1:

> *Não, nada, nada, ao contrário, eu fiz terapia por minha conta, fiz terapia por mais de um ano, eu fiz terapia. Inclusive, com um terapeuta que é professor da UESB, um terapeuta que conhece o ambiente.*

Dissertando sobre a participação/apoio dos entes de representação (estudantis e docentes) no caso, o entrevistado revela um pouco da sua visão sobre as características relacionais dos ambientes acadêmicos e administrativos da instituição, destacando a incidência de conflitos e a interferência de interesses político/partidários nos espaços decisórios da instituição:

Entrevistado 1:

> *Não, nada, também não foi envolvido, não foi acionado né, até porque as duas alunas eram de pós-graduação, não houve movimentos de alunos de graduação na história. A dos (nome omitido) não acionei, ninguém acionou, então assim, não quero nem participação na coisa. É o que eu tô lhe dizendo, nós vivemos numa universidade em que a disputa de uma Diretoria de departamento é motivo de briga, é motivo de confusão, é motivo de agressões. Uma eleição diretoria né, envolve interesses muito além do interesse acadêmico, se você for verificar, os nossos ex-reitores todos se põem depois a ser prefeito de algum lugar, Deputado de alguma coisa, então é uma disputa que está para além do acadêmico e o partidarismo ele é claro, ele é vigente, é transparente. Quando da época da eleição de professor nome omitido) tava muito claro que ali não era (nome omitido x nome omitido), era o PFL. PT e veja bem, não existe PFL nem PT dentro da Universidade ou não deveria existir.*

No final de sua entrevista, o primeiro entrevistado faz uma profunda reflexão sobre o conceito de Conflito que atualmente é – na sua visão – aplicado nas relações

interpessoais desenvolvidas na UESB e relata campos de tensões existentes nas relações entre os docentes e os estudantes:

Entrevistado 1:

> *Mas veja você que o problema nosso não é resolver conflito não, nós estamos muito longe disso, nosso problema é aceitar como conflito. Inclusive na sua tese eu acho que você deveria ser ater a isso. Olha, a gente está tão longe de resolver conflito porque a gente ainda não sabe nem o que é conflito, a gente assimilou conflito como realidade de uma forma tão profunda que te dar um outro exemplo: Uma professora outro dia né, minha amiga por sinal, falando assim numa reunião né, - Olha, nós temos que cuidar porque tem professor tirano, tem professor ameaçando aluno, tem professor que não sabe lidar com aluno, escutei aquilo, como ela é muito minha amiga, depois no privado, particular, falei: fulana, vem cá, não existe aluno tirano não? Não existe aluno que ameaça professor não? Não existe aluno mau caráter não? Ah mas é a classe mais fraca. É? Junta 40 em cima de 1, né, fazendo o que olha um colega meu né, foi denunciado, denúncia anônima, Professor Fulano protege os alunos durante a prova. Ele teve que tomar uma atitude, assim, eu não converso com aluno nenhum em prova mais. E falou para os alunos: eu não posso conversar com vocês porque vocês reclamaram que eu protejo aluno durante a prova. Então eu não posso conversar com aluno durante a prova. Olha isso. Pois é, não é um conflito? Mas, na cabeça dos professores, já está decretado que os alunos são coitadinhos, são a minoria, vítima e os professores é que são a autoridade máxima, nazista hitlerista, não é? Antes de resolver esse conflito precisa a gente admitir que professor é gente, o aluno é gente. Então eu diria que muito antes de resolvermos os conflitos dentro da academia nós temos que estar abertos à existência do conflito"*

É categórica e inquietante a afirmação do entrevistado de que o problema da UESB “não é resolver conflito não, nós estamos muito longe disso, nosso problema é aceitar como conflito”. Tal afirmação nos leva a refletir novamente os preceitos e desafios da universidade do século XXI abordados nas obras de Boaventura de Sousa Santos, especialmente quando o autor elenca o rol de ações que se espera de uma instituição que deseja compreender os novos paradigmas sociais e estabelecer laços mais fortes com a sua comunidade.

Dentre estas ações, o autor nos revela a necessidade de as instituições saírem da posição defensiva, ou seja, tomarem medidas proativas de compreensão e resoluções dos problemas que ocorrem em seu campo (SANTOS,2010). Dessa forma, como pontuado pelo entrevistado, normalizar campos de tensões de forma a não os perceber enquanto conflitos é uma postura diametralmente oposta ao que se espera de uma instituição que busca atuar em conformidade às novas demandas dos sujeitos.

Em suma o primeiro entrevistado relata situações de aspectos mais amplos e que permitem questionamentos sobre a forma de tratamento e metodologias de processo que hoje são aplicadas pela UESB no enfrentamento de litigio na instituição, a título de exemplos: qual o critério para abertura de uma sindicância em face de um sujeito? Quais os mecanismos utilizados para obtenção de um processo administrativo justo e célere? Quais as ferramentas técnicas são utilizadas para resolução de conflitos na instituição? Como a instituição prepara os atores que irão analisar/julgar o mérito da sindicância ou do PAD? Qual o grau do suporte jurídico e psicológico fornecido pela instituição a todos os sujeitos envolvidos em um conflito ocorrido no campus?

Assim, diante dos relatos contundentes realizados pelo primeiro entrevistado, bem como em razão dos questionamentos elencados acima, este pesquisador – como sempre contando com o importante auxílio Orientador – entrevistou um docente com uma vasta experiência enquanto membro de comissões de sindicância e processos administrativos estabelecidas na UESB, que relatou com propriedade os pontos positivos e negativos atualmente existentes na estrutura e métodos de solução de conflitos aplicados pela Universidade.

Reiterando-se as ressalvas feitas no início deste tópico, seguem abaixo as importantes contribuições do segundo entrevistado em relação ao tema investigado pela presente pesquisa.

Incialmente o segundo entrevistado revela o contexto e a quantidade de vezes que atuou em procedimentos disciplinares da UESB:

Entrevistado 2:

> *(...) eu já fui membro de comissão. De sindicância já não sei mais quantas de cabeça assim, porque eu não tive tempo de me preparar para essa entrevista, eu não sei, mas de PAD eu já fiz pelo menos meia dúzia de PADs, sindicância eu já fiz muitas, mas pelo menos de seis PADs. E eu acho que os PADs aonde eu mais aprendi foram os PADs que eu mesmo abri enquanto era diretor de departamento, diretor do (nome omitido), então foram estes que eu mais tive condições inclusive de observar realmente isso que você tá querendo pesquisar, que é a incidência dos conflitos né, a possibilidade pedagógica de resolução de conflitos internos na universidade. Eu fiz parte como diretor, fiz parte de seis PADs, foram seis, e não sendo diretor eu fiz parte de eu acho que dois ou três, então ao todo foram uns nove PADs que eu fiz parte já, entendeu?*

Indagado sobre a natureza/motivação destes procedimentos, o segundo entrevistado relatou uma pluralidade de temas:

Entrevistado 2:

> *Certo. Então, a natureza dos PADs que eu trabalhei, a grande parte dos PADs onde eu trabalhei como membro do PADs, eu nunca fui presidente, é bom talvez falar nisso, eu nunca quis ser presidente de PAD, eles foram de natureza administrativa, ou seja, conflitos administrativos. Ou seja, onde o servidor, seja ele professor ou funcionário, quebra com uma regra administrativa do funcionamento interno da UESB. Mas sindicância é diferente,*

sindicância tem de tudo, sindicância tem xingamento de aluno, sindicância aparece tudo, mas no PAD não, os que eu trabalhei pelo menos foram todos eles relacionados à falta administrativa, ao não cumprimento de uma regra administrativa da universidade.

Abordando sobre a existência de algum PAD ou Sindicância que tenha lhe chamado a atenção, o segundo entrevistado faz importantes reflexões sobre os critérios de abertura de procedimentos, custos e impossibilidades práticas dos processos disciplinares da Universidade:

Entrevistado 2:

Olha, assim, é porque não últimos anos eu não participei mais de sindicância, eu participei de sindicância, sei lá, há 10 anos atrás, 15 anos atrás, depois mais para cá eu só fiz parte de PAD. Aí assim, agora na sindicância, o que me chamava atenção na verdade eram as situações que poderiam ter soluções que não chegassem a levar a uma sindicância. Ou seja, coisas que poderiam ser resolvidas sem se chegar a abrir uma sindicância. Porque acho que é importante para você e para o seu trabalho anotar que esses processos sejam eles de sindicância ou PAD, todos eles têm um custo, tem um custo administrativo, e esse custo caso de PAD não é baixo o custo, o custo é alto. Além disso, a infraestrutura da universidade não está preparada para acolher aquilo que as próprias regras, a própria regra do Estado define como ter que ser seguida por quem atua nos processos, seja de sindicância ou PAD. Então, por exemplo, diz a legislação estadual que o servidor que atua numa dessas duas, nesses dois instrumentos, ele tem possibilidade de ter, de se afastar do serviço, para se dedicar 100% ao processo, isso nunca aconteceu, nunca, o servidor não se afasta do processo, pelo menos o servidor professor. Eu nunca me afastei do processo e todos os meus colegas que participaram comigo nunca se afastaram, especialmente do PAD e isso é uma complicação

muito grande, porque a pessoa tem que ficar sempre, o PAD é um processo sempre bem mais como diz, bem mais complexo, não é? E precisa de estudo. E aí como é que você faz tendo dedicação exclusiva, trabalhando excessivamente para a universidade e ao mesmo tempo participando de uma situação como essa? Então isso aí é realmente uma coisa que tem sérias implicações para o próprio resultado, para a própria resolução do conflito, né?

Tratando sobre as oportunidades que as partes têm de se manifestar em procedimentos disciplinares, o segundo entrevistado discorre sobre a celeridade e efetividade prática dos procedimentos:

Entrevistado 2:

Demais, demais, na minha opinião aqui entre nós oferece demais, oferece demais, eu acho que não precisava, isso é que tá, eu acho que isso é importante para você Adriano. De um lado a pessoa que já sofreu uma sindicância, que já ficou comprovada a sua falta e por isso abriu o PAD, ela tem inúmeras possibilidades de recurso, inclusive ela pode por exemplo não receber a convocatória, se esquivar para não receber a convocatória, isso atrasa o PAD sobremaneira, uma série de mecanismos que ela pode, que a pessoa bem orientada por um advogado, pode fazer para se esquivar de responder o PAD. Enquanto que os membros da comissão estão todos sobrecarregadas, então na minha opinião existe uma assimetria em relação aos membros da banca, aquilo que a universidade oferece para os membros da banca e aquilo que a legislação de uma forma geral oferece para aquele que é indiciado, como se diz, aquele que é objeto do processo.

Questionado sobre a participação das estruturas jurídicas da Universidade enquanto suporte às Comissões Disciplinares, o segundo entrevistado apontou que não há uma relação de cooperação técnica estabelecida entre ambos:[14]

Entrevistado 2:

> *os PADs que eu participei era um trabalho monstruoso de verificar a legislação, correr atrás, a gente teve muito pouca assessoria do jurídico da universidade, muito pouco, então, inclusive as questões jurídicas que a gente tinha que o presidente ia lá na ProJur levantar, era sempre uma coisa muito, muito difusa, é uma coisa que hora vocês tem que resolver assim, você tem que fazer isso, os prazos são esses, ele não apareceu tem que ser chamado de novo, você tem que convocar dessas pessoas, tem que ser. Ou seja, no meu entendimento, a Assessoria Jurídica só mostrava as dificuldades para percorrer o caminho e nunca apresentava uma solução. Você tá entendendo o que eu tô falando? Não ajudava mesmo porque eu acho também que a assessoria jurídica eles estão sobrecarregados, eu não sei como é que está agora, eu não sei como é que tá a situação agora, mas na época que eu participava foram abertos 'n' processos, muitos processos. Então me parece também que a Assessoria Jurídica não tem braços para dar conta disso tudo, o que olha que você tem ideia o primeiro PAD que eu passei não tinha nem secretário, a gente que tinha que redigir, e a gente nem sabia redigir no juridiquês certo e depois quando ia para o final o advogado da parte, pau, isso aqui não aconteceu, tá escrito errado e tal, era o que acontecia. Então, professores entre aspas leigos tinham que dar conta de um processo de natureza jurídica sem conhecer os meandros da situação e aí caía em alguns erros, errava, a parte era absolvida, não porque situações podiam ser evitadas e podiam ser solucionadas se a gente tivesse, por exemplo, uma*

14 Nos dias 17, 18 e 19 de fevereiro de 2021, este Pesquisador tentou entrar em contato com a Procuradoria Jurídica da UESB para obter mais informações sobre a sua participação nas Comissões Disciplinares, mas nenhum ramal constante no site Oficial da UESB atendeu as ligações.

assessoria jurídica o tempo todo. Dizendo: olha, não pergunta isso não, olha, tem que estar presente os três, mais o secretário, não pode chegar atrasado 10 minutos, uma série de coisas e detalhes que eu de início não conhecia nada. Então a gente vai muito, vai muito desarmado para esse espaço, então eu na época a gente chegou inclusive a sugerir a Reitoria na época para formar uma comissão permanente de PAD com pessoas inclusive da área jurídica, a resposta foi a seguinte: nenhum advogado da universidade, professor da universidade quer fazer parte de PAD, eles se negam. Mas não é obrigado a participar de PAD? Teoricamente é obrigado, a Reitoria não obrigava ninguém, nunca obrigou um professor do direito a fazer parte de PAD, o que seria na minha opinião absolutamente normal, porque eles conhecem a lei, mas nenhum deles participavam, todos eles se esquivavam, davam respostas, justificativas mais absurdas possíveis. Então assim eu acho que o problema não é somente da assessoria jurídica, é também da participação da comunidade de professores. Nós temos um curso de direito na universidade, natural seria que houvesse alguma comissão pelo menos para assessorar, comissão permanente para dar assessoria. Onde é que está essa comissão? Não existe, porque os professores de direito se negam a participar de PAD. Então isso é realmente, você tá entendendo? Não é só a burocracia porque botar a culpa só na burocracia é parte do problema, a culpa está também nos professores, na questão da própria Reitoria não usar a lei para forçar os professores porque é uma coisa que politicamente é ruim, os próprios professores também não se dispõe a fazer parte, então assim a resolução dos PADs, quando você consegue resolver um PAD, avemaria, graças a Deus, aquele deu certo. É exceção. Eu não sei se você vai fazer um mapa da resolutividade dos PADs, mas seria interessante você fazer, quantos foram abertos e quantos de fato resultaram em punição?

O segundo entrevistado faz questão de enfatizar que o problema de baixa resolutividade dos PADs e Sindicâncias abertas na UESB não se devem unicamente aos aspectos burocráticos, elencando as seguintes razões:

Entrevistado 2:

> *Eu se fosse você não colocaria 100% da responsabilidade na questão burocrática, não é só burocracia, é muito mais do que isso, na minha opinião, é muito mais do que isso. É mais fácil para administração e também para os professores, porque, por exemplo, se os professores do curso de direito disserem não, nós queremos resolver isso, eles resolveriam. Nós temos um curso de direito com especialistas na universidade, Adriano, porque eles não participam? Qual a justificativa para não participar? Não tem um que participe, pesquise nos PADs a comissão. Então você tem professor de letras, o que no nosso caso foi excelente porque sabe redigir, você tem professores como eu que resolveu participar porque eu sempre briguei pelo que é correto, sei lá, as pessoas enxergaram em mim uma pessoa que seria bom participar. Então você tem um perfil de professores, mas que não se enquadra no perfil que seria o necessário para fazer parte de PAD porque PAD é um processo sério, você tem que conhecer a lei, você tem que conhecer mecanismos até de entrevista das pessoas, você não pode fazer determinadas perguntas porque se não o advogado da parte vem e lasca com você. Onde é que estão as orientações, onde é que tá. Enfim, é desalentador isso, mas pelo menos até 2016 não tinha um professor do curso de Direito que se disponibilizada, nem os mais graduados, nem os menos graduados, ninguém, todo mundo fugia. Então como é que vou resolver uma situação dessa?*

Indagado sobre o quanto participação em PADs e Sindicâncias prejudicaram sua relação interpessoal com os demais atores da instituição, o segundo entrevistado foi categórico ao afirmar que:

Entrevistado 2:

> *Demais, demais. Meu amigo, bom, eu não sei como você vai fazer, porque se eu falar o que eu vou falar aqui vai me identificar na tua entrevista. Enquanto eu era (função omitida) Tava mais que justificado, natureza administrativa, falta em reunião departamental, quando você falta mais de 3 vezes, os professores, acho que faltaram a 12 reuniões departamentais sem justificativa, tava tudo documentado e tal. Então teve professor que abriu processo contra mim, teve professor do (informação omitida) que disse que se eu caísse na (informação omitida), ele não atendia, a UESB é universidade pequena, todo mundo se conhece, todo mundo me conhece, por isso que eu disse que não participo mais, porque você sofre mais do que constrangimento, eu no meu caso eu sofria ameaças e no meu caso, eu tive inclusive que pagar advogado para me defender, o professor levou o advogado, o advogado disse: Olha é porque o pessoal do PAD foi até, nesse caso eu era parte acusatória né. Então fui responder, e aí lá no meio da entrevista e tal, a pessoa perguntou e tal se tinha alguma coisa contra o processo, falei não, absolutamente, ele falou o senhor está sendo acusado aqui de perseguir o professor na universidade. Porra, por tá cumprindo meu dever como diretor? Nós vamos abrir um processo contra o senhor lá fora não sei o que. "*

Esse posicionamento do entrevistado exemplifica o quanto métodos resolutivos ineficazes podem ser danosos para as relações interpessoais desenvolvidas nestes espaços, pois atribui ao sujeito um protagonismo e personificação, ao passo que mecanismos teóricos e práticos – como a Conflitologia e a Mediação – possuem o condão de focar no objeto conflitivo e preservar as relações entre os sujeitos (VINYAMATA.2005).

O entrevistado revelou ainda não ter recebido qualquer suporte da Universidade, reiterando que teve que usar recursos próprios para se defender:

Entrevistado 2:

> *Não tem suporte, meu amigo, quem teve que resolver o problema fui eu, entendeu, e até hoje o professor não olha para mim, vira a cara, eu sou um cara queimado no (informação omitida), porque tentou cumprir com a coisa certa. Antes eu tinha até colega e tal, agora todo mundo acha que eu fui rigoroso demais, que eu não precisava ter sido rigoroso demais. Essa é a situação interna da UESB. Isso tem a ver com Burocracia, Adriano? Isso tá muito além dessas soluções de conflitos, entendeu, a instituição tem que ter uma outra compreensão, eu concordo com você, é uma questão cultural, do que precisa fazer pra resolver esses problemas, não é simplesmente abrir o PAD e deixar a coisa correr.*

O entrevistado utiliza os questionamentos finais da entrevista para realizar uma profunda reflexão sobre a cultura e a filosofia institucional que atualmente imperam na Universidade, revelando situações que – na sua visão – exemplificam como a Universidade tem se postado diante dos sujeitos e apresenta os conceitos de "desumanização docente" e "democratismo" para fundamentar sua reflexão:

Entrevistado 2:

> *Ô Adriano, eu vou te decepcionar, eu vou te decepcionar, porque assim ó, eu acho que infelizmente a cultura não se modifica de um dia para o outro, não se modifica de um dia para o outro. A universidade, desde que eu entrei, ela tem essa cultura, eu hoje dou nome a isso, dou um nome não sei se tá certo ou tá errado, é o nome "democratismo", eu chamo isso entre os corredores e falo "democratismo". É como eu falei no início, você dar toda chance para o professor e nenhuma chance para comissão, o pessoal da comissão vai para o sacrifício, muitas vezes para*

como essas questões subjetivas, e não existe realmente uma cultura aonde você compreenda que determinados mecanismos legais precisam ser instaurados e levados a cabo, de forma absolutamente normal, como tem que ser feita, então eu acho que, eu não sei como é em outras universidades, eu tenho colegas que trabalham na UESC, que já disseram pra mim que isso é mais tranquilo, não é assim tão traumático como é aqui na UESB, que aqui na UESB é traumático, primeiro para encontrar quem queira participar de PAD, segundo para fazer com que diretores de departamento abram PADs, é dificílimo isso, em si o processo também é difícil, então tem uma coisa que não é só no campo burocrático, eu acho que transcende muito o campo burocrático, mas assim, o que eu posso dizer para você que eu acho é que essa cultura da universidade ela vai ser, ela não é boa para Universidade, ela no longo prazo ela vai se mostrar nociva para universidade, acho inclusive que ela já está se tornando nociva porque isso acaba de uma maneira ou de outra premiando, entre aspas, os profissionais que não zelam, não fazem como eu fiz e como eu sei que muita gente faz na universidade o tempo todo, que é ter uma dedicação exclusiva à universidade, amar o seu trabalho, se dedicar ao seu trabalho. Hoje, inclusive, os professores mais novos não têm esse compromisso mais com a universidade, então eu tô vendo esse compromisso, essa questão de você amar o seu trabalho e querer zelar, querer fazer a coisa correta, esvaindo pelos dedos. Eu tô perto de aposentar e tá chegando a isso, infelizmente, e parte eu acho que isso se deve à cultura da universidade, essa cultura não é de uma hora para outra, essa cultura é desde que a universidade nasceu. (Informação Omitida) foi um dos fundadores da UESB, já aposentou e quando eu entrei na UESB ainda era muito recente, mas essa cultura ela vai se acumulando e ela tem reflexo desde a associação de professores, desde o que se discute da associação de docentes até essa situação de você abrir PAD e os PADs não tem resolução nenhuma, então é uma situação muito complicada

que nós estamos dando a UESB, eu vejo muito os conflitos da universidade, eles tendem a aumentar, infelizmente. Vou abrir um parêntese aqui com você, eu tava conversando com (nome omitido) a questão dos aposentados, tô querendo aposentar, tava conversando com ele e recentemente faleceu lá no meu departamento uma professora que, dedicou 36 anos da vida dela à universidade, ela só fazia isso, tanto foi assim que ela não se preocupava nem em se pós-graduar, em doutorado, fez só mestrado, não se preocupava. Mas é uma professora que criou departamento, criou curso de pós-graduação, trabalhou em Pró-Reitoria, fez muita coisa, ela fez de tudo, fez de tudo. Saiu da universidade, adoeceu, ela adoeceu na universidade e por parte do departamento não houve nenhuma manifestação de solidariedade, não houve nenhuma menção, ela faleceu, é como se tivesse, eu falei, rapaz, a gente precisava criar na universidade uma comissão de apoio, não sei se de apoio, mas alguma coisa que não deixasse os professores aposentados simplesmente sumir da universidade, desaparecer como se nunca tivesse feito nada pela universidade. Aí teve um colega meu, olha como é que são as coisas, teve um colega meu, de um outro colegiado, que não tem nada a ver com colegiado de (Informação Omitida), ela era professora de (Informação Omitida), que pediu para mim referências da (Informação Omitida). (Informação Omitida) quê que a (Informação Omitida) fez mesmo? Ela fez isso, fez isso. Ele aprovou no colegiado dele uma menção honrosa à professora. Então você vê como é que são as coisas, porque pelas amizades, que ele foi muito amigo de (Informação Omitida), entrou junto, conheceu (Informação Omitida). Mas institucionalmente não há nenhum incentivo à convivência humanitária na universidade, não existe esse espaço de como, aliás, ele se perdeu. Antigamente, como a universidade era menor, existiam os convívios de amizade, pela própria amizade, naturais, professor jogava bola junto, professor bebia uma cerveja junto lá em Dona Dalva, não existe, acabou isso aí (Informação Omitida) comentou comigo:

> *Renato, lá no meu departamento quando um professor diz que vai se aposentar, os colegas ficam torcendo para que ele saia logo, porra, para poder fazer um concurso e colocar o outro lugar. Ele comentou de uma professora que também fez tudo pela universidade, saiu ninguém mais nem fala dela. Então assim, é muito mais que burocracia, entendeu Adriano? Está havendo uma desumanização do trabalho docente, é uma completa desumanização. Então ninguém quer mais se interessar pela relação afetiva, ninguém mais se interessa pelo espaço de convivência, a própria estrutura do sindicato, que deveria estar interessada em guetos, em falar de guetos, em falar daquelas, de defender, não que não merecem ser defendidos, mas não faz um espaço de convivência maior entre os professores né. "*

A declaração do entrevistado é emblemática e ratifica a relevância dos estudos de Boaventura de Sousa Santos sobre as mudanças de identidade e pautas do homem pós-moderno, bem como da compreensão do sentido dos próprios conflitos, atualizações conceituais que impactam (ou deveriam impactar) a forma como a universidade se posiciona diante das tensões contemporâneas trazidas por estes sujeitos.

Disciplinar e sancionar um conflito é um expediente raso para quem almeja estabelecer espaços de discussões realmente democráticos, pois como bem pontuou o entrevistado, há necessidade do estabelecimento de uma contracultura, uma análise profunda dos próprios princípios que norteiam as relações interpessoais, valorizando-se o papel do sujeito no processo de aprendizagem e não "desumanizando" o indivíduo e sua biografia, como denuncia o entrevistado.

Assim, podemos compreender que esta espécie de "autocritica relacional" também é aplicável às instituições, haja vista que a forma como a universidade se relaciona com os seus agentes pode ser um parâmetro sobre o seu grau de negligência no tocante às novas relações e conflitos existentes entre os atores acadêmicos dos seus *campi*, sendo uma possível alternativa de resposta aos questionamentos cabíveis sobre a ineficiência dos seus métodos resolutivos.

Portanto, em face das declarações e experiências narradas pelos entrevistados e participantes dos questionários, abre-se um vasto leque de possibilidades de reflexões sobre a UESB, seus conflitos, sua identidade, sua filosofia, sua forma de tratar os sujeitos, enfim, um campo imenso para valorosos debates poderiam surgir por intermédio das contribuições dos entrevistados. Assim, serão elencados e problematizados a seguir todas as contribuições dos entrevistados que dialoguem com a temática dos conflitos e dos métodos de resolução aplicados na Universidade.

3.3.3 Hostilidades, violências e insuficiência de métodos resolutivos/disciplinares na UESB.

As razões são distintas (interesses políticos, questões administrativas, pautas identitárias e etc...), mas a sinalização foi bastante clara: os docentes que participaram das entrevistas e questionários retrataram a UESB como um espaço conflituoso e que não há por parte da Instituição uma política efetiva de tratamento de conflitos, muito menos mecanismos céleres e eficientes de apuração e aplicação das normas disciplinares.

Em resumo, podemos verificar no rol elencado abaixo uma série de informações extraídas dos questionários e entrevistas que fundamentam esta afirmação:

a) Docentes apontam existência de debates que extrapolam os limites do respeito e ingressam no campo da ofensa e agressões verbais;

b) Docentes testemunham a existência de violências verbais, físicas e psicológicas nas relações entre os sujeitos que coabitam o Campus de Vitória da Conquista;

c) Docentes relatam experiências com manifestações preconceituosas nas relações entre os sujeitos universitários;

d) Docentes revelam a existência de conflitos de caráter administrativos na Instituição;

e) Docentes revelam a existência de graves falhas nos mecanismos resolutivos/disciplinares aplicados na instituição, tais como I) ausência de critério na abertura de Sindicâncias II) pouca estrutura para apuração e

sanção de medidas disciplinares III) ausência de suporte jurídico aos membros de comissões IV) ausência de suporte psicológico aos sujeitos envolvidos em casos delicados como denúncias de assédio sexual/moral V) inexistência de segurança jurídica nas decisões administrativas, haja vista a maneira "informal" como são conduzidos os procedimentos; VI) baixa efetividade na resolução dos procedimentos; VII) procedimentos custosos para os membros da Comissão; VIII) falta de critérios técnicos na escolha destes membros;

Frise-se, a relação acima elencada foi extraída de forma resumida em face das declarações e experiências relatadas pelos participantes da presente pesquisa, de modo que não pode ser tomada como uma sentença inquestionável, mas não pode de maneira nenhuma ser desprezada, haja vista que os participantes são/foram protagonistas de espaços relevantes da instituição e suas declarações são dotadas de propriedade em relação aos temas ora investigados.

Dentre estas contribuições, uma reflexão nos parece ser bastante pertinente: não basta à UESB estabelecer novos métodos de apuração de litígios e "punição" dos sujeitos, é necessária uma mudança de compreensão do próprio conceito de conflito, haja vista que a existência deles é algo absolutamente natural em ambientes de contraponto de ideias e posições, cabendo à instituição um olhar mais atento às relações subjetivas, buscando investigar suas raízes e transformá-los em ferramentas pedagógicas.

Tal exercício de análise e tratamento pedagógico de conflitos possui o potencial de repercutir positivamente na própria estrutura disciplinar da instituição, tendo em vista que poderão impedir a abertura de sindicâncias e PADs inócuos, como apontado por um entrevistado que desempenhou durante décadas o papel de membro de comissões. Outra contribuição importante e potencial desta forma distinta de compreensão dos conflitos é a possibilidade da Instituição separar os conflitos institucionais dos crimes, pois manifestações expressas de violência, preconceitos e racismos, obviamente não merecem ter o mesmo tratamento que embates e atritos de ordem acadêmica ou administrativa.

Perante este cenário e demandas apresentadas, bem como com o objetivo de cumprir com a sua função propositiva, a presente pesquisa passa a discorrer e explorar

ferramentas pedagógicas e técnicas de resolução de conflitos que podem auxiliar à UESB na otimização do enfrentamento dos embates existentes em seus Campus.

4. DAS ABORDAGENS PROPOSITIVAS.

4.1 A Conflitologia como ferramenta pedagógica.

A compreensão do sentido e da natureza dos conflitos humanos é um exercício de imersão sobre a própria construção histórica da civilização moderna, pois a evolução do homem enquanto ser social foi traçada por embates das mais distintas natureza, começando pelos embates animalescos do homem pré-histórico até as guerras cibernéticas e conflitos identitários do homem pós-moderno.

Com o despertar da consciência social e a necessidade de transformar o convívio comunitário – na medida do possível – harmônico, o homem buscou historicamente estabelecer mecanismos que pudessem dissolver estas contendas e reestabelecer as relações entre os indivíduos, dando origem aos aparelhos de controle social como a justiça e o poder político (governo), dentre outras formas de micropoderes (FOUCAULT,1975).

Na atualidade, o fio central dos conflitos humanos está diretamente ligado aos posicionamentos que os indivíduos adotam perante determinados fatos sociais, sendo que a contraposição de opiniões diante de caminhos políticos e ideológicos distintos comumente geram fervorosos embates sociais e segmentam os sujeitos em blocos, gerando novos e cada vez mais intensos conflitos.

Como vimos nos capítulos anteriores, em ambientes acadêmicos, espaços onde a divergência de opiniões deveria ser o cerne de um processo de aprendizagem democrático, a radicalização dos discursos e o reflexo das violências e preconceitos sociais fomenta o crescimento da hostilidade discursiva e se tornam vetores dos mais variados conflitos que - não raramente - descambam para a violência em seu sentido mais literal.

Refletir institucionalmente estes embates e tensões passa inicialmente por um processo de filtragem sobre os limites do alcance das normas institucionais. Ainda que a Universidade promova a reflexão sobre o caso, preste assistência psicológica e jurídica aos envolvidos, realize procedimentos disciplinares internos e busque reconstruir os laços

dos sujeitos envolvidos no fato, a constatação de indícios de racismo, homofobia, violências explicitas (ou qualquer outro fato que nitidamente extrapole o limite da legalidade) devem ser objeto de encaminhamento para as autoridades competentes, posto que as normas institucionais não podem suprimir a atuação do ordenamento jurídico.

Contudo, tratando-se de conflitos que não ultrapassem os limites da legalidade (tensões políticas, ideológicas, sociais, acadêmicas, administrativas e etc...), cabe a instituição estabelecer espaços onde estes embates deixem de ser compreendidos enquanto um mal em si mesmo, haja vista que a abordagem pedagógica pode transformar um ponto de conflito em verdadeiro vetor de conhecimento.

Nesse sentido, os mecanismos "disciplinares tradicionais" vêm se mostrando insuficientes, haja vista que foram elencadas várias passagens, em diversas universidades pelo Brasil, onde os sujeitos denunciam a omissão ou ineficiência das Universidades para tratar de determinado conflito. Portanto, é necessário ir além, é fundamental compreender o conflito enquanto um elemento pedagógico, não um fim em si mesmo.

Neste contexto, além da constituição de novas estruturas resolutivas que possam superar as estruturas disciplinares aplicadas, é fundamental a aplicação de ferramentas pedagógicas que possam levar os atores universitários a um maior grau de compreensão sobre as razões dos embates ocorridos nas academias brasileiras. É diante desta necessidade que o estudo da Conflitologia surge como potencial instrumento de otimização das estruturas de tratamento de conflitos universitários.

Adentrando especificamente nos estudos sobre a Conflitologia, é fundamental destacar os trabalhos do chileno Eduard Vinyamata, escritor que dedica grande parte das suas obras ao estudo da psicologia da educação e dos impactos dos conflitos nos ambientes educacionais, destacando-se o clássico "Aprender a partir do Conflito – Conflitologia e Educação", uma obra que, além de textos do Autor, traz artigos bastante interessantes de outros estudiosos do tema.

Nas palavras de Vinyamata, a Conflitologia pode ser conceituada da seguinte forma:

> "A conflitologia é, basicamente, uma atividade de campo, de intervenção prática que tenta refletir sobre o que faz e sobre a transcendência das decisões e das circunstâncias humanas que geram conflitos e sustentam crises. Trabalha tanto na prevenção quanto na intervenção direta" (VINYAMATA, 2005).

Da própria conceituação de Conflitologia realizada pelo autor já extraímos aquilo que, no nosso entendimento, é a maior virtude e uma sinalização do potencial resolutivo deste instituto: a Conflitologia é teoria e prática, é ferramenta pedagógica para se compreender teoricamente as naturezas e particularidade psicológicas de um conflito, mas também é ferramenta técnica de resolução e de aplicabilidade prática no tratamento de tensões em determinado ambiente.

Outro aspecto que ressalta a potencialidade da aplicação da Conflitologia nos conflitos universitários é que, segundo Vinyamata (2005), o seu surgimento remete aos anos de 1950-1960, isto é, a Conflitologia nasce e se desenvolve tendo como objeto de incidência o homem pós-moderno e os seus dilemas, mostrando-se perfeitamente aplicável na compreensão e enfrentamento das tensões causada pelos embates, por exemplo, de ordem identitária.

Tratando-se de maneira mais específica das formas de estudo e aplicação da Conflitologia no ambiente acadêmico, vislumbra-se uma grande quantidade de espaços e mecanismos pedagógicos que podem ser utilizados pela UESB para o desenvolvimento do estudo dos Conflitos, cabendo destacar a título ilustrativo:

a) Realização de levantamento junto ao corpo discente, docente e administrativo dos temas que mais geram embates e prejudica as relações interpessoais na Universidade;

b) Estimulo à criação de grupos de estudos e produções de conteúdo científico sobre o tema Conflitologia;

c) Incentivo à criação de Ligas Acadêmicas que discutam e reflitam os aspectos mais intrínsecos dos conflitos que desencadearam Sindicâncias e Processos

Administrativos na Instituição, preservando-se, obviamente, a identidade das partes;

d) Elaboração de manuais de práticas resolutivas desenvolvidos pelas Ligas e Grupos de Estudo com base em casos ocorridos na Instituição para que sejam utilizados como suporte teórico pelos Membros das Comissões de Sindicância e PADs;

e) Criação de Comitê Acadêmico fixo (formado por discentes e docentes voluntários) para análise de Conflitos como elemento que antecede à abertura de Sindicâncias;

Diante das possibilidades acima elencadas, percebe-se que a Conflitologia é acima de tudo uma ferramenta de prevenção de conflitos e um potencial objeto de geração de conteúdo científico, haja vista que a sua natureza investigativa coloca os sujeitos na condição de desbravadores de novos conhecimentos, pois cada embate/conflito analisado carrega consigo um grau de particularidade e subjetividades que estimulam qualquer cientista.

Assim, compreende-se que o estudo da Conflitologia possui um promissor potencial para auxiliar a UESB na compreensão e tratamento dos conflitos que ocorrem nos Campus da Universidade, bem como um importante vetor de mudança nos paradigmas relacionais desenvolvidas na instituição, podendo ser ainda uma importante ferramenta de produção de conteúdo científico para toda a comunidade acadêmica.

4.2 Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI): uma alternativa mais técnica, célere e efetiva no tratamento dos conflitos ocorridos na UESB.

A reincidência de casos de conflitos e violências apresentados revelam de forma cabal que a mera aplicação dos sistemas disciplinares convencionais (punições administrativas) vem se mostrando insuficientes para extinguir os focos de conflitos existentes no âmbito educacional, pois a origem dos embates atuais possuem particularidades que ultrapassam a simples análise das características individuais dos estudantes, tratando-se na verdade de múltiplos e complexos fatores (questões raciais , pluralidade política, igualdade de gênero, afirmação de identidade e sexualidade e etc.).

Frise-se que na grande maioria dos casos de conflitos relatados nesta pesquisa, os envolvidos questionavam e denunciavam a postura das instituições, acusando-as de omissão ao não punir na medida e tempo corretos os autores das agressões, bem como de não possuir meios para prevenir que os conflitos se repetissem. Fato é que os regimentos disciplinares das universidades brasileiras trazem consigo métodos tradicionais de resolução de conflitos, ou seja, o foco é unicamente no fato/problema específico, deixando de analisar os elementos de constituição do conflito.

É justamente buscando otimizar estas ferramentas disciplinares que muitas instituições de ensino superior começam a modernizar e otimizar os seus sistemas administrativos de solução de conflitos. Câmaras de Mediação e Comitês de Resolução de Conflitos passaram a ser instrumentos aplicados em maior escala nas nossas universidades, permitindo que os conflitos das mais variadas origens sejam tratados de maneira eficaz e pedagógica.

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) recém inaugurou a sua primeira Câmara de Mediação de Conflitos, tendo como objetivo, segundo nota da própria instituição, criar um mecanismo de tratamento dos conflitos ocorridos nas atividades acadêmicas e administrativas da instituição, tendo como escopo, também, a restauração das relações entre os sujeitos envolvidos nos fatos e o estabelecimento de uma cultura de prevenção em detrimento do uso de meros aparelhos punitivos. Ainda segundo a nota, os mediadores serão escolhidos dentre aqueles que realizarem o curso de formação que será disponibilizado pela instituição[15].

Na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) a Câmara de Mediação foi aprovada no ano de 2018 e tem como um dos objetivos reduzir a judicialização dos casos de conflitos que ocorrem na instituição, medida fundamental para proteger a imagem da universidade que, corriqueiramente, era exposta na mídia como sendo palco de discussões acaloradas e atos de intolerância. A instalação do organismo de mediação veio acompanhada de uma Câmara de Juízo de Admissibilidade, órgão administrado pela Reitoria da instituição e composta por seus servidores, sendo responsável por filtrar os conflitos e estabelecer qual o seu encaminhamento para Câmara de Mediação, outro

[15] Instituída Câmara de Mediação de Conflitos na UFMS – UFMS. Mato Grosso do Sul. 13/04/2020 Disponível emhttps://www.ufms.br/instituida-camara-de-mediacao-de-conflitos-na-ufms.

departamento da instituição ou se o caso será passível de encaminhamento aos órgãos policiais e judiciais[16].

Por sua vez, a Universidade de Campinas (UNICAMP) atribui à sua Câmara de Mediação e Ações Colaborativas um caráter de alternativa subsidiária às sindicâncias e processos administrativos, pois a atuação deste instrumento de resolução de conflitos ocorrerá somente mediante a anuência expressa de ambas as partes. Na Unicamp, a câmara é formada por servidores e ex-servidores que, após o curso de formação, poderão mediar conflitos entre docentes, discentes e funcionários da instituição.

A ouvidora Serviços Públicos da Unicamp, Maria Augusta Pretti Ramalho, destacou a expectativa da instituição com a implementação das Câmaras[17]:

> *O que se espera com essa câmara é que possamos diminuir a quantidade de sindicâncias e processos que extrapolam o âmbito administrativo e acabam indo para o judiciário*

Já a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) inaugurou em janeiro de 2020 o seu Núcleo de Solução Consensual de Conflitos, órgão responsável por tratar de litígios ocorridos nos espaços acadêmicos e administrativos da instituição. A universidade inova ao possibilitar que os pedidos de atuação do Núcleo sejam realizados através de um site próprio na internet que analisará o perfil da contenda e, caso pertinente, encaminhará o caso ao órgão. Tal medida visa ainda resguardar a identidade do solicitante e dar celeridade aos pedidos de procedimentos de solução de conflitos[18].

Embora representem um importante passo rumo à otimização do tratamento de conflitos nas universidades, as Câmaras e Núcleos apresentados acima ainda representam

---

[16] RESOLUÇÃO n° 162, de 14 de novembro de 2018. Dispõe sobre a mediação de conflitos na Universidade e cria as Câmaras de Conciliação e Mediação de Conflitos e a de Juízo de Admissibilidade da Universidade Federal de São Paulo.

[17]Câmara de Mediação é instituída na Unicamp . Campinas/SP. 16/09/2019 Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2019/09/16/camara-de-mediacao-e-instituida-na-unicamp#:~:text=A%20fim%20de%20estimular%20o,e%20A%C3%A7%C3%B5es%20Colaborativas%20da%20Unicamp.&text=Vinculada%20a%20Ouvidoria%20de%20Servi%C3%A7os,na%20qualidade%20de%20projeto%20piloto.

[18] Núcleo de Solução Consensual de Conflitos promove mediação e conciliação para impasses na Univasf. Petrolina/PE.Publicado: 21/01/2020 13h18. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/noticias/nucleo-de-solucao-consensual-de-conflitos-promove-mediacao-e-conciliacao-para-impasses-na-univasf.

uma pequena ilha de modernização, posto que a esmagadora maioria das instituições de ensino do país ainda estão atreladas aos seus ineficazes e arcaicos instrumentos disciplinares. Contudo, tendo em vista que não há sinais de que as relações sociais passarão por uma mudança de paradigma e que as universidades deixaram de reproduzir tais tensões, a instalação de novos instrumentos disciplinares será um desafio ao qual os gestores destas instituições serão obrigados a enfrentar.

No que se refere à análise prática de uma possível instalação de Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI) na UESB de Vitória da Conquista, encontram-se presentes requisitos técnicos e características que fazem da Instituição um potencial vanguardista do método na Bahia:

a) A UESB possui no Campus de Vitória da Conquista uma vasta quantidade de cursos (Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Letras e outros) contendo discentes e docentes que poderiam – sob a supervisão da Procuradoria Jurídica da Instituição - estruturar (voluntariamente e/ou com bolsas) os projetos teóricos e de capacitação da CMCI;
b) A UESB de Vitória da Conquista já possui estrutura e experiência com atividades externas de mediação de conflitos (Serviço de Assistência Jurídica Universitária - SAJU, Balcão de Justiça e outros) que podem subsidiar a instalação da CMCI;
c) A UESB de Vitória da Conquista possui equipe própria de tecnologia da informação, bem como cursos específicos na área que possibilitariam a informatização da CMCI, otimizando a celeridade do recebimento das solicitações e resultados das audiências;

Portanto, como se constatou nos depoimentos dos participantes das entrevistas e questionários aplicados nesta pesquisa, os gargalos verificados pela aplicação dos métodos disciplinares convencionais (morosidade, falta de estrutura técnica, falta de critério na abertura de procedimentos, baixa efetividade e etc..) são justamente os principais pontos que uma CMCI busca superar.

Dessa forma, a instalação de uma Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI) representa um potencial instrumento de mudança nos mecanismos de resolução de conflitos da UESB, ressaltando que a sua operacionalidade está atrelada a

fatores/condições técnicas e humanas que a Universidade já possui, podendo se revelar uma alternativa célere, econômica e eficiente no tratamento de conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Embora possa ser concebido como seu escopo mais relevante, o conceito de educação enquanto elemento de transformação não pode se limitar à sua influência na vida de um indivíduo ou de uma coletividade, posto que a educação também é capaz de transformar conceitos, máximas, crenças limitantes e qualquer outra premissa que necessite ser transformada, inclusive o conceito de "Conflitos".

Como foi problematizado no decorrer dos capítulos desta pesquisa, o Conflito pode sim ser um relevante objeto de estudo e um valoroso vetor de produção científica. Para tanto, o primeiro passo é a desconstrução da ideia comum de que os atritos são passíveis unicamente de investigação e punição, como se a complexidade do homem contemporâneo comportasse soluções simples e acríticas. No caso do "sujeito universitário", aquele que - em tese – compreende o conhecimento e as relações enquanto construções dialéticas, a demanda por instrumentos resolutivos eficientes e personificados é ainda maior.

Em que pese ainda ter traços de movimentos isolados, a presente pesquisa demonstrou que importantes instituições de ensino do país já despertaram para a necessidade de implantação de novos aparelhos de tratamento de conflitos, sinalizando às suas respectivas comunidades acadêmicas que estão antenadas às mudanças no perfil dos conflitos institucionais e dispostas a buscar a modernização que se apresenta como uma demanda premente.

Enquanto uma instituição respeitada, inovadora e que possui responsabilidade com a sua comunidade acadêmica, a UESB não pode continuar alheia a este movimento, pois os dados, declarações e críticas coletadas na presente pesquisa revelam – ao menos – uma necessidade de reflexão sobre os aparelhos de análise e solução de conflitos atualmente aplicados na instituição, transmitindo uma percepção de que a Universidade ainda compreende sua comunidade acadêmica como aquela que inaugurou os seus corredores nos longínquos anos de 1970, guiada por pautas e atravessada por sentidos distintos da coletividade que hoje se correlaciona nos campus da Instituição.

Nesse desafio de modernizar parte sensível de sua estrutura administrativa (sistema disciplinar) restou comprovado que a UESB já possui condições técnicas e humanas para iniciar esta conversão, pois a Universidade ostenta uma pluralidade de cursos/produção de conhecimento que subsidiariam facilmente os desafios técnicos exigidos pela implantação de novas ferramentas de resolução de conflitos, bem como possui um corpo discente, docente e administrativo reconhecidamente capacitado que poderá contribui para consolidação deste processo.

Conforme proposto nesta pesquisa, a UESB também poderá contar com o auxílio de importantes instrumentos teóricos e práticos, mais especificamente da Conflitologia e da Mediação, que se revelaram métodos adequados aos problemas que os entrevistados apontaram existir nos métodos disciplinares (PADs e Sindicâncias) atualmente utilizados na instituição.

Ademais, nas palavras de Schnitman ratificamos a potencialidade destes instrumentos resolutivos para tratar dos conflitos contemporâneos, pois segundo ele "a Mediação e a Conflitologia utilizam modelos não lineares de mudança, assim como possibilidades de que dele emergem, tendo em vista que as relações humanas são ricas em evoluções imprevisíveis, podem apresentar formas complexas e fluxos turbulentos. É precisamente nos sistemas complexos – como as relações humanas, em que, em condições distantes do equilíbrio, pequenas perturbações ou flutuações podem ampliar-se e derivar em eventos e oportunidades imprevistas – que podem operar como plataformas para resolver conflitos, construir novas possibilidades, mudar a relação ou a organização do sistema. " (SCHNITMAN, 1999).

Assim, apresentados os potenciais problemas e elencados os instrumentos que podem auxiliar a UESB neste processo de transformação do seu modelo disciplinar (estudo da Conflitologia e implantação de uma Câmara de Mediação de Conflitos Internos (CMCI)), esta pesquisa cumpre o seu maior escopo: ofertar à instituição e à comunidade acadêmica um trabalho que possa ter repercussão prática e influenciar positivamente na realidade vivenciadas pelos sujeitos que atuam na Universidade.

Por fim, permitindo-se atribuir um ligeiro traço de pessoalidade ao presente trabalho, este pesquisador expressa sua sensação de dever cumprido ao ofertar esta pesquisa, como singelo sinal de gratidão, à esta Instituição que, por mais de uma década,

vem sendo a sua casa, lugar de enfrentamento de grandes desafios e realização de sonhos, como pode ser definida a conclusão desta pesquisa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. “O que é racismo estrutural? ” . Belo Horizonte- MG: Letramento, 2018.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Tradução de Rosaura Eichenberg. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

CESTARI, L. A. S.; Duarte. J.R.R.. Das ideias pedagógicas em favor das diferenças a uma perspectiva filosófica da diferença: orientações baseadas em Deleuze, Tarde e Leibniz. Práxis Educacional, v. 10, p. 167-182, 2014.

FOUCAULT, Michel, Surveiller et. Punir. Naissance de la Prision, 1975 Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GALLO, Silvio. Currículo: entre disciplinariedades, interdisciplinariedades e outras ideias! In: Salto para o futuro. Currículo: Conhecimento e Cultura. MEC, Ano XIX – Nº 1 – Abril/2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Reinventar a Democracia, Revista Cadernos Democráticos, Lisboa, vol. 02 p.05-33, abril/ 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora,1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2009), “Para uma pedagogia do conflito”, in Freitas, Ana Lúcia e Moraes, Salete Campos (Orgs.)

SCHNITMAN, Dora Fried. Novos paradigmas na Resolução de Con& itos. In: SCHNITMAN, Dora Fried & LITTLEJOHN, Stephen (orgs.). Novos paradigmas em mediação. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 17-27.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 619-634, set/dez. 2006.

SILVA FILHO, P. Parecer de qualificação do texto: universidade, democracia e conflitologia como possilidade pedagógica: um estudo da incidência de conflitos no campus da UESB em Vitória da Conquista-BA.

REY, Fernando Luís González. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. Psicologia da Educação. São Paulo, 13, 2º seminário de 2001, pp 9-15.

VINYAMATA, Eduard. CURBELO, Nelsa. BURGUET, Marta. ALZATE, Ramon. Aprender a partir do conflito: Conflitologia e educação; Tradução Ernani Rosa – Porto Alegre: Artmed, 2005, 152p; 23cm

APÊNDICE 1 – MODELOS DE QUESTIONÁRIOS

QUESTIONÁRIO – DISCENTES

Você está convidado (a) a responder as perguntas deste questionário anônimo que é parte fundamental da coleta de informação da pesquisa "**A DEMOCRACIA UNIVERSITÁRIA EM XEQUE: INVESTIGANDO A NATUREZA DOS CONFLITOS EXISTENTES NOS ESPAÇOS ACADÊMICOS BRASILEIROS E A QUALIDADE DEMOCRÁTICA DOS DEBATES DESENVOLVIDOS NO CAMPUS DA UESB DE VITÓRIA DA CONQUISTA SOB A ÓTICA DA CONFLITOLOGIA**" desenvolvida pelo pesquisador Adriano Sintra Santos Pereira do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sob a orientação do Professor Orientador Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari.

Orientação: Por favor, marque um "X" ao lado da alternativa escolhida e responda as questões discursivas no campo destinado.

1. Qual a sua idade?

a) 16 a 30

c) Acima de 30 anos

2. Qual o seu sexo?

a) Masculino

b) Feminino

3. Como você se considera?

a) Branco

b) Negro

c) Pardo (a) ou mulato (a)

d) Indígena

e) Oriental

4. Qual o seu Curso e o Semestre que você está cursando no campus da UESB de Vitória da Conquista?

R:_____

5. Em sala de aula você já participou/presenciou discussões acaloradas entre os participantes?

a) Sim

b) Não

6. Em caso positivo, na sua opinião essa discussão se deu com respeito e tolerância ou os debatedores ultrapassaram este limite com ofensas, agressões, opressões ou algo do gênero?

_____
_____
_____
_____

7. Nos demais espaços de debates da universidade (reuniões de centro acadêmico, projetos de pesquisa, extensão e etc...) você já teve ou soube de alguém que teve o seu direito de expressão desrespeitado?

a) Sim

b) Não

8. Você já sofreu ou conhece alguém que foi vítima de alguma espécie de violência (verbal, física, psicológica e etc..) no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

9. Em caso positivo, qual foi a espécie de violência?

_____

10. Você já sofreu ou conhece alguém que foi vítima de preconceito social, racial ou homofobia no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

11. Em caso positivo, qual foi a espécie de preconceito?

_____

12. A sua posição ideológica/política/partidária já foi desrespeitada em algum espaço de debate no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

13. A sua premissa de fé (religião) já foi desrespeitada em algum espaço de debate no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

14. Em sua opinião, qual o nível da democracia existente nas <u>relações entre os estudantes</u> do campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) ruim;

b) regular;

b) boa;

c) ótima;

15. Em sua opinião, qual o nível da democracia existente nas **<u>relações entre os estudantes com os professores</u>** do campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) ruim;

b) regular;

b) boa;

c) ótima;

Muito obrigado, sua participação foi fundamental para o desenvolvimento da ciência na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

QUESTIONÁRIO - DOCENTES

Você está convidado (a) a responder as perguntas deste questionário anônimo que é parte fundamental da coleta de informação da pesquisa **"UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E CONFLITOLOGIA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DA INCIDÊNCIA DE CONFLITOS NO CAMPUS DA UESB EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA"** desenvolvida pelo pesquisador Adriano Sintra Santos Pereira do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sob a orientação do Professor Orientador Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari.

Orientação: Por favor, marque um "X" ao lado da alternativa escolhida e responda as questões discursivas no campo destinado.

1. Qual o seu sexo?

a) Masculino

b) Feminino

2. Como você se considera?

a) Branco

b) Negro

c) Pardo (a) ou mulato (a)

d) Indígena

e) Oriental

3. Em qual Curso você leciona no campus da UESB de Vitória da Conquista?

R:_____

4. Em sala de aula você já participou/presenciou discussões acaloradas entre os participantes?

a) Sim

b) Não

5. Em caso positivo, na sua opinião essa discussão se deu com respeito e tolerância ou os debatedores ultrapassaram estes limites com ofensas, agressões, opressões ou

algo do gênero?

_____

_____

_____

_____

6. Nos demais espaços de debates da universidade (projetos de pesquisa, extensão e etc...) você já teve ou soube de alguém que teve o seu direito de expressão desrespeitado?

a) Sim

b) Não

7. Você já sofreu ou conhece alguém que foi vítima de alguma espécie de violência (verbal, física, psicológica e etc..) no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

8. Em caso positivo, qual foi a espécie de violência?

_____

9. Você já sofreu ou conhece alguém que foi vítima de preconceito social, racial ou homofobia no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

10. Em caso positivo, qual foi a espécie de preconceito?

_____

11. A sua posição ideológica/política/partidária já foi desrespeitada em algum espaço de debate no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

12. A sua premissa de fé (religião) já foi desrespeitada em algum espaço de debate no campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) Sim

b) Não

13. Em sua opinião, qual o nível da democracia existente nas <u>relações entre os estudantes</u> do campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) ruim;

b) regular;

b) boa;

c) ótima;

14. Em sua opinião, qual o nível da democracia existente nas <u>relações entre os estudantes com os professores</u> do campus da UESB de Vitória da Conquista?

a) ruim;

b) regular;

b) boa;

c)ótima;

Muito obrigado! Sua participação foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e da ciência produzida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

APÊNDICE II - ENTREVISTA – POUCO ESTRUTURADA

ACADÊMICOS QUE FORAM PARTE EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU SINDICÂNCIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Você está convidado (a) a responder as perguntas desta entrevista que é parte fundamental da coleta de informações da pesquisa **"UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E CONFLITOLOGIA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UM ESTUDO DA INCIDÊNCIA DE CONFLITOS NO CAMPUS DA UESB EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA"** desenvolvida pelo pesquisador Adriano Sintra Santos Pereira do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) sob a orientação do Professor Orientador Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari.

1. **Você é docente ou discente da UESB de Vitória da Conquista?**
2. **Você já foi parte de um processo administrativo ou sindicância na UESB de Vitória da Conquista?**
3. **A sua condição era de Reclamante ou Reclamado?**
4. **Por qual razão foi instaurado o processo administrativo ou sindicância?**
5. **O processo administrativo ou sindicância ainda está em andamento ou já foi concluída?**
6. **Quanto tempo durou/está durando o procedimento?**
7. **Você considera que a UESB te ofereceu todas as oportunidades de apresentar sua versão da história?**
8. **Você considera que a UESB te possibilitou apresentar as provas das suas alegações?**
9. **Você considera que a UESB se preocupou em restaurar as relações entre você e as outras partes envolvidas no procedimento?**
10. **Você considera que a UESB forneceu suporte psicológico a você e às outras partes envolvidas no procedimento?**

11. **De 0 a 10, qual seu grau de satisfação com a atuação da UESB no seu caso?**

12. **Você considera que a UESB precisa rever seus métodos de solução de conflitos?**

Muito obrigado! Sua participação foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa e da ciência produzida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

APÊNDICE III - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGED
LINHA 3: LINGUAGEM E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DEPOIMENTOS

Eu, _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, bem como de estar ciente da necessidade do uso de meu depoimento **(sem minha identificação pessoal),** AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Dr. Luiz Artur dos Santos Cestari e Adriano Sintra Santos Pereira) do projeto de pesquisa intitulado **UNIVERSIDADE, DEMOCRACIA E CONFLITOLOGIA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA: UM ESTUDO SOBRE CONFLITOS NO CAMPUS DA UESB EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA"** a colher meu depoimento por intermédio de entrevistas audiovisual sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização dos depoimentos **(sem minha identificação pessoal)** para fins científicos e de estudos, em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos

Vitória da Conquista - BA, março de 2021.

_____